

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/GV
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Ruan Santos Silva

Petrobras: um estudo do seu papel estratégico através da sua política de preços

GOVERNADOR VALADARES

2022

Ruan Santos Silva

Petrobras: um estudo do seu papel estratégico através da sua política de preços

Monografia apresentada ao curso de Administração do Departamento de Administração do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Pacheco Campos.

GOVERNADOR VALADARES

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Ruan Santos.

Petrobras: um estudo do seu papel estratégico através da sua política de preços / Ruan Santos Silva. -- 2022.

51 p.

Orientador: Lucas Campos Pacheco

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador Valadares, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, 2022.

1. Petrobras. 2. Política de preços. 3. Desenvolvimento Nacional. 4. Economia Política. I. Pacheco, Lucas Campos, orient. II. Título.

Ruan Santos Silva

Petrobras: um estudo do seu papel estratégico através da sua política de preços

Monografia apresentada ao curso de Administração do Departamento de Administração do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovada em 04 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lucas Campos Pacheco - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Felipe Nogueira da Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Me. Rossi Henrique Soares Chaves
Universidade Federal de Juiz de Fora

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA/GV
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no TCC.

Governador Valadares, 04 de Março de 2022.



Ruan Santos Silva

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

AGRADECIMENTOS

Depois de uma longa jornada, nada melhor do que agradecer àqueles que me alimentaram com nutrientes essenciais, quero primeiramente agradecer a Deus pelas bênçãos e vitórias conquistadas durante todo o período da graduação.

Quero agradecer de uma forma mais que especial à minha querida esposa Ana Haester, que em todo tempo foi incentivadora e ajudadora, tantas vezes pensei em parar, mas seus conselhos e carinho me ajudaram a perseverar.

Agradeço também aos meus pais, que desde a infância me ensinaram a importância do estudos, e em meio a tantas dificuldades, se sacrificaram para que eu pudesse ter acesso à escola e conseqüentemente à Universidade, amo vocês!

Agradeço de uma forma especial aos meus sogros, que tanto me ajudaram nesta cidade, mesmo em condições adversas sempre me auxiliaram, com conselhos sábios e nas orações, muito obrigado Almerinda e Adenil (*in memoriam*).

Agradeço ao Professor Henrique Queiroz, que por motivo de força maior não pôde continuar nesta jornada, mas que deu sua importante contribuição, e quero agradecer de uma forma especial ao professor Lucas Campos, meu orientador, por ter aceito esse desafio e por me guiar na construção deste trabalho, em nome de quem agradeço também a todos os docentes da UFJF/GV.

Por fim, quero agradecer à minha filha, que mesmo sem saber, me auxiliou nos momentos difíceis, como seus sorrisos e amor. Sophia o papai te ama!

RESUMO

Esta monografia analisa a atual política de preços da Petrobras, implementada no final de 2016 e seus impactos na economia brasileira. Para alcançar esse objetivo central, foram desenvolvidos esforços considerando os seguintes objetivos específicos: estudar a formação social e econômica do Brasil; estudar a história e desenvolvimento estratégico da Petrobras; e estudar o histórico da política de preços desenvolvido pela empresa e suas implicações para o papel estratégico da mesma na economia nacional. Para este propósito, a metodologia de pesquisa escolhida foi o estudo de caso qualitativo, utilizando dados e séries históricas de índices econômicos, reportagens dos principais jornais do país, relatórios e informes da própria companhia, bem como trabalhos acadêmicos da área do petróleo e energia. A partir da interpretação sobre a implantação recente da Paridade de Preços Internacionais (PPI), observou-se as possíveis consequências: a transferência direta de capital público para a iniciativa privada e impactos negativos sobre os custos de vida da sociedade brasileira, mais acentuados sobre as camadas médias e a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Petrobras. Política de preços. Desenvolvimento Nacional. Economia Política.

ABSTRACT

This study analyzes the current pricing policy in Petrobras implemented at the end of 2016 and its impacts on the Brazilian economy. To achieve this main goal, efforts were made considering the following specific objectives: study the Brazilian social and economic formation; study the history and strategic development of Petrobras; and study the pricing policy history developed by the company and its implications for its strategic role in the national economy. For this purpose, the chosen research methodology was the qualitative case study, using data and historical series of economic indexes, reports from the country's main newspapers, reports and briefings from the company itself, as well as academic papers and books in the area of oil and energy. Based on the interpretation of the recent implementation of the Import Parity Pricing (IPP), it was possible to observe the following consequences: the direct transfer of public capital to private initiative and negative impacts on the costs of living of the Brazilian society, more accentuated on the middle and working classes.

Keywords: Petrobras. Price policy. National Development. Political Economy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo entre cotação do dólar, da gasolina e do diesel anual.....	41
Gráfico 2 - IPCA - Inflação Anual do Brasil.....	42
Gráfico 3 - Composição acionária - Janeiro de 2017.....	44
Gráfico 4 - Composição acionária - Dezembro de 2021.....	45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Custo médio de extração de petróleo.....	31
Figura 2 - Linha do tempo da política de preços da Petrobras.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 DO PERÍODO COLONIAL À INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE BRASILEIRA: UMA POSSÍVEL INTERPRETAÇÃO À LUZ DA ECONOMIA POLÍTICA	11
1.1 Estado e Classes.....	11
1.2 Descrição histórica do Estado no período colonial	14
1.3 A industrialização e a disputa de classes	16
1.4 Industrialização Retardatária ou Hipertardia	18
2 PETROBRAS: SUA TRAJETÓRIA E PAPEL NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL	22
2.1 Marco Temporal do Petróleo	22
2.2 “O petróleo é nosso!”	24
2.3 Criação da Petrobras	25
2.4 Petrobras: Estratégia nacional de desenvolvimento	27
2.4.1 Operação em fase terrestre (1954-1967)	27
2.4.2 Operação em fase marítima - plataforma rasa (1967-1984)	28
2.4.3 Operação marítima: águas profundas e ultraprofundas (a partir de 1985)	30
2.4.4 Pré-sal	32
3 HISTÓRICO DA POLÍTICA DE PREÇOS.....	34
3.1 Histórico da política de preços de (1970-2016).....	34
3.2 Histórico da política de preços pós 2016.....	41
4 IMPACTOS DO PPI DA PETROBRAS NA ECONOMIA BRASILEIRA	44
4.1 Impactos no custo de vida	44
4.2 Privatização da Petrobras.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

Com a descoberta do pré-sal em 2006, o Brasil passou a figurar internacionalmente como um relevante, pelo menos potencialmente, produtor e exportador de petróleo. Por conta das características do petróleo (*commodity* não renovável), faz-se necessária a construção de um planejamento estratégico que garanta modalidades de exploração adequadas às demandas nacionais em termos sociais, ambientais e econômicos, sobretudo em um país com profundas desigualdades.

Diante deste panorama, a Petrobras tem papel de protagonismo, tendo em vista todo o seu cabedal tecnológico e comprometimento histórico com o desenvolvimento estratégico do país.

O objetivo central deste trabalho é identificar como a atual política de preços da Petrobras³ afeta a sua estratégia de desenvolvimento nacional, bem como seu impacto direto na economia brasileira, em especial a partir de meados do ano de 2016 quando da implementação da paridade de preços internacionais (PPI).

Com o intuito de se alcançar esse objetivo central, foram desenvolvidos esforços considerando os seguintes objetivos específicos: 1) estudar a formação social e econômica do Brasil; 2) estudar a história e desenvolvimento estratégico da Petrobras; e 3) estudar o histórico da política de preços desenvolvido pela empresa e suas implicações para o papel estratégico da empresa na economia nacional. Tais objetivos específicos foram desdobrados ao longo dos quatro capítulos deste trabalho.

O trabalho está inserido no contexto histórico do objeto de estudo, o método de pesquisa escolhido foi o estudo de caso, já que falamos de um estudo da história do tempo presente. De acordo com Yin (apud GIL, 2002, p. 54), o estudo de caso “[...] é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos”.

O método escolhido para a realização deste trabalho se justifica pela volatilidade dos dados, que, no presente momento, reconfiguram de forma muito rápida as implicações postas em análise. Há também a observância pertinente ao cuidado para minimização dos vieses. Nesse sentido, Gil (2002, p. 54) propõe “ao pesquisador disposto a desenvolver estudos de caso” redobrar “seus cuidados tanto no planejamento quanto na coleta e análise dos dados para minimizar o efeito dos vieses”. De acordo com Triviños (1987, p. 134), “o importante é lembrar

³ A escrita do nome tradicional era Petrobrás, entretanto foi mudado no processo de internacionalização da empresa, com intuito de facilitar a escrita para estrangeiros.

que no Estudo de Caso qualitativo, onde nem as hipóteses nem os esquemas de inquirição estão aprioristicamente estabelecidos, a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda no assunto". Assim, o levantamento de dados e séries históricas de índices econômicos tem como função facilitar o cotejamento das políticas de preços adotadas pela Petrobras.

Cabe destacar que foge do objeto deste estudo, e destarte, fica como sugestão para outros trabalhos posteriores, o aprofundamento das interferências políticas que a Petrobras vivenciou e sofreu durante o período histórico abarcado, sendo o fulcro desta análise, portanto, tão somente o impacto da política de preço da companhia no processo estratégico de desenvolvimento nacional.

Decerto, todo o contexto que envolve os interesses estratégicos para o desenvolvimento e criação de uma empresa tão complexa como a Petrobras, assim como todos os impactos econômicos durante o período de operação da companhia, que já perdura quase setenta (70) anos, requer um elevado grau de pesquisa, e consequentemente um trabalho de dimensões proporcionalmente elevadas, o que foge aos objetivos deste estudo.

Nesse sentido, a estruturação do trabalho foi concebida com o intuito de apresentar as questões históricas e político-econômicas que marcaram o processo de criação, expansão e consolidação da Petrobras, com enfoque importante ao segundo governo Vargas, a campanha nacionalista "O petróleo é nosso" e na implementação estratégica do monopólio do petróleo.

O trabalho possui cinco seções, além dessa introdução. Na primeira, serão apresentados arcabouços teóricos, necessários à compreensão da importância da economia política capitaneada pelo Estado, bem como os aspectos histórico-sociais da formação econômica do Brasil. A seção está assim subdividida: a parte preliminar aborda a relação entre Estado e classes, a segunda trata da descrição histórica do Estado no período colonial, a terceira discorre sobre a industrialização e a disputa de classes e, por fim, a quarta abarca a industrialização retardatária ou hipertardia.

A segunda seção discorre sobre a trajetória da Petrobras, sua evolução e relevância na estratégia econômica nacional, suas subseções obedecem a uma lógica histórica que *a posteriori* será justificada. A terceira seção, que abarca o histórico da política de preços da empresa, está subdividida em duas partes: a primeira parte trata do histórico geral da política de preço até o ano de 2016 e a parte derradeira trata do PPI implementado no final de 2016.

A quarta seção do trabalho, por sua vez, analisará os impactos da mudança da política de preços na economia do Brasil, sendo que a primeira subseção será focada no custo de vida, enquanto a segunda abordará a privatização da Petrobras. Por fim, a seção de Considerações Finais encerra o trabalho com uma síntese do debate realizado e as principais conclusões.

1 DO PERÍODO COLONIAL À INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE BRASILEIRA: UMA POSSÍVEL INTERPRETAÇÃO À LUZ DA ECONOMIA POLÍTICA

Essa seção tem como objetivo, apresentar historicamente o processo de constituição do Estado Burguês no Brasil e sua vinculação com a industrialização dependente brasileira.

Para se aprofundar no papel estratégico da Petrobras, é necessário associar a ação concreta do Estado Burguês brasileiro com o sentido de atuação da companhia.

Para este propósito, faz-se necessário se debruçar em arcabouços de sustentação teóricos que explicam a formação do Estado Burguês.

Desse modo, a primeira subseção lança luz à elementos teóricos da formação do Estado Burguês, enquanto a segunda e terceira abarcam, a descrição histórica no período colonial e o processo incipiente de industrialização, respectivamente. Tendo como fechamento do capítulo, um olhar voltado para a industrialização retardatária.

1.1 Estado e Classes

A formação do Estado tem sua gênese na sociedade civil, tendo como base a concepção de Marx (2005[1843]), que conclui que "o Estado é produto da contradição da sociedade civil consigo mesma".

Podemos depreender que as dissensões que permeiam a sociedade são o catalisador/potencializador da concepção primeira do Estado, destarte, o caso brasileiro indubitavelmente vem amalgamado das influências: portuguesa, indígena e africana.

Destarte, é a sociedade "de classes" que cria as condições para existência e formação do Estado, portanto para se entender o funcionamento da burocracia estatal, é necessário analisar "as classes que compõem essa" sociedade.

Nessa perspectiva, compreendemos que a burocracia estatal não é fruto do capitalismo, mas, sim da sociedade, e Marx (2005[1843]) segue dizendo que, a burocracia estatal é um processo de cisão artificial entre economia e política, que se completa com o absolutismo.

Marx (2005[1843]) continua pontuando que as sociedades burguesas embutiram no Estado sua maquinaria, o que confere, homogeneidade, mesmo havendo processos históricos diferentes entre elas e por conta da heterogeneidade nos processos históricos de formação das

sociedades burguesas, bem como das burocracias estatais, não há condições para se formular uma teoria geral da burocracia.

Conclui-se que a burocracia estatal é fruto das monarquias absolutistas, ou seja, da centralização do poder, do qual foi dependente o desenvolvimento do capitalismo.

Há ainda o apontamento da via clássica de objetivação do capitalismo, exemplificada nos casos, francês e inglês, como *locus*, “conjuntural”, do desenvolvimento do capitalismo, por ter as condições histórico-sociais para tal.

O processo de objetivação da forma capitalista tem diversas “faces”, o caso brasileiro se deu pela *Via Colonial*, conceito pensado e cunhado por Chasin (1999), que consiste em uma forma não clássica de desenvolvimento do capitalismo.

A Via colonial se utiliza da via prussiana como referencial teórico, entretanto não como modelo, ressalvadas as suas diferenças histórico-sociais, para Chasin (2000), o “*verdadeiro capitalismo*” alemão é tardio, ou seja, para além de suas particularidades, há o diferencial em relação ao Brasil na questão temporal, enquanto o brasileiro é hipertardio.

A via colonial, de acordo com Chasin é, portanto, mais uma forma não clássica de desenvolvimento do capitalismo que se adapta a realidade histórico-social de diferentes sociedades, que são as bases de fundação dos Estados, no caso brasileiro há ainda a “qualificação” do hipertardio, que seria a subordinação econômica às potências capitalistas imperiais, na mesma toada do que viria a constituir a dialética da dependência de Ruy Mauro Marini (1990[1973]).

Partindo do pressuposto de que é a sociedade (de classes distintas) que dá condições de existência ao Estado, e de onde depreende-se na burocracia estatal, podemos dizer que esta sociedade tem no Estado o mediador dos conflitos privados, ou seja, a sociedade de classes antagônicas se utiliza do Estado (*a priori* a serviço de todos) para a imposição da vontade de alguns, via composição e estrutura burocrática, isso vai no mesmo diapasão da seguinte conclusão:

A premissa teórica de nossa análise é a concepção segundo a qual, nas formações sociais cindidas em classe sociais antagônicas, o Estado é a organização material/humana que desempenha a função latente - acobertada cotidianamente pela proclamação da função expressa de satisfazer o “interesse geral da sociedade” - de atenuar o conflito de classes, contendo-o dentro de certos limites. Ao desempenhar essa função, o Estado coloca-se objetivamente, quaisquer que sejam as intenções dos seus agentes (=funcionários), a serviço dos interesses mais gerais da classe exploradora. O Estado, portanto, está longe de ser uma organização a serviço de “todo o povo” ou de “todos os indivíduos”; ele tem um caráter de classe, quaisquer que sejam

a complexidade e a variedade das vias de concretização desse caráter. (SAES, 2001, p. 34).

É a instrumentalização do Estado que assegura a vontade objetiva das frações de classes, ou seja, seus interesses, exatamente pelo papel que o Estado exerce na administração burocrática, tanto das coisas (economia) quanto dos homens (política).

Por estar umbilicalmente vinculada ao Estado, a classe ou fração de classe que exerce o poder incorre em oscilações - de sua influência e poder - de acordo com o regime e com a forma (Estado), ao longo do tempo, as formas e regimes foram diversos no Brasil, e essas mudanças conseqüentemente impactaram o exercício do poder e os interesses da fração de classe dominante.

No período histórico da Revolução política burguesa (1888–1891), ou consolidação do Estado Burguês, que se instaurou a partir da tríade, Abolição da Escravidão (1888), Proclamação da República (1889) e Constituinte (1891), a condição *sine qua non* para a manutenção da estrutura de poder da fração da classe dominante foi a perpetuação do domínio da terra.

A ocorrência de variações no regime político, dentro do quadro institucional geral do Estado burguês, depende sempre do estado das relações políticas entre as classes sociais e/ou dentro das classes sociais; e essas relações estão em última instância conectadas com o padrão assumido pelo desenvolvimento capitalista no país. (SAES, 2016, p. 27).

As modulações dentro da fração atuante são constantes e inerentes, pelo fato de haverem interesses distintos, ou seja, dentro dessa fração de classe a unanimidade é ter seus interesses preservados/assegurados, entretanto, “como os interesses econômicos próprios às diferentes classes sociais e fração de classe dominante não podem ser igualmente satisfeitos num momento histórico qualquer [...] não pode haver, nas formações capitalistas, ‘partilha igualitária do poder’” (SAES, 2001, p. 50).

As classes que conjuntamente exercem o poder político, a administração sobre os homens, são os que exploram a força de trabalho, elementos econômicos.

A atuação política interfere diretamente nas relações socioeconômicas, daí se depreende que a economia não se dissocia da política, essa percepção (dissociação) é resultado da ideologia (falseamento da verdade), cujo objetivo é escamotear a unidade política-economia, que *a priori* está patente aos olhos.

Essa classe ou fração de classe que detém o poder, recebe a definição do filósofo Poulantzas (1968) de “bloco no poder”. De acordo com Saes (2001, p. 50) “[...] no seio do bloco das classes dominantes - que Poulantzas denomina *bloco no poder* -, uma classe ou fração prepondera politicamente sobre as demais, na medida em que os seus interesses econômicos são satisfeitos em caráter prioritário”.

É interessante notar a transitoriedade que existe dentro do bloco no poder, sendo a condição *sine qua non* para se manter no exercício do poder, o caráter prioritário na realização de seus desejos e interesses, ou seja, o cerne é a concretização do uso do aparelho estatal para o real usufruto econômico da classe dominante, a partir do instante em que uma classe “manipula” o aparelho estatal e desfruta economicamente, de forma prioritária, dos resultados políticos das ações do Estado, podemos dizer que essa classe faz parte do bloco no poder.

1.2 Descrição histórica do Estado no período colonial

O Brasil colônia é resultado direto de uma nova ordem econômica, desenvolvimento do comércio continental europeu, em surgimento, que desencadeia na expansão marítima, uma corrida em busca de rotas comerciais, cujo destino era as Índias.

Segundo Furtado (2003[1959], p. 11), “[a] descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente. De início pareceu ser um episódio secundário. E na verdade o foi para os portugueses durante todo um meio século.”

Prado Júnior (1961), por sua vez, aponta que Portugal se desliga das suas fronteiras geográficas e se lança ao Oceano, que se constituía numa opção nova e inexplorada, como corolário de se transformar em um reino marítimo, se tornando uma grande potência colonial, com conquistas no ultramar.

Portugal detinha as condições para estar na vanguarda das chamadas “descobertas”, “[...] nesta nova etapa caberá aos portugueses, os melhores situados geograficamente [...] os portugueses vão mais longe, procurando empresas em que não encontrassem concorrentes mais antigos e já instalados” (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 16).

O processo de colonização da América ou dos “descobrimientos” são fruto desta corrida econômica impulsionada pelo desenvolvimento comercial europeu, como fica evidenciado:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da

Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não tem outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 16).

Como consequência do desenvolvimento do comércio europeu, as terras ou possessões no ultramar, os “descobrimientos”, foram integrados à organização econômica e mercantil europeia, ou seja, ao fluxo de suas atividades socioeconômicas.

De acordo com Fernandes (2006[1976]), a produção do tipo colonial era destinada a gerar riquezas para proveito dos grupos financeiros europeus, que detinham o controle do mercado internacional, com anuência da Coroa.

Como parte do processo de apropriação colonial, era necessária a dominação do território, como forma de assegurar a expropriação das riquezas naturais - *à priori* o pau-brasil. Furtado (2003[1959], p. 12) assegura que, “[o] início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal [...] pelas demais nações europeias”.

O processo de povoamento foi dificultado por conta do contingente humano que era pequeno no reino português, a formulação administrativa das capitânias hereditária veio dar vazão ao problema de povoação, a economia colonial então vai utilizar o trabalho escravo (escravizados advindos de colônias portuguesas na África) para sanar o problema de mão de obra.

Diante do panorama exposto fica evidenciado que explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu era de fato o sentido da colonização, tendo em vista que a colonização foi de acordo com Gilberto Freyre “um simples contacto fortuito”.

Segundo Furtado (2003[1959]), o êxito na empresa colonial agrícola portuguesa se deu por uma conjunção de fatores positivos, entre eles, experiência significativa da produção de açúcar em larga escala, solução dos problemas técnicos inerentes à produção e demanda existente no mercado europeu – o açúcar era uma das especiarias mais apreciadas à época.

A relação Metrôpole-Colônia gerava um ônus à derradeira, para a além da dependência, havia a condição de subserviência que limitava o desenvolvimento, tanto social como econômico.

O Estado português bem como o espanhol, colheram resultados magníficos do ponto de vista financeiro, o primeiro no Brasil e o segundo nos outros países da América do Latina.

Em sua abordagem teórica, que vincula o Estado nacional como âncora para o desenvolvimento econômico, Furtado (2003[1959]) no caso brasileiro, aponta a instituição do

Estado - independência - como "ponte para o futuro", o processo de industrialização nacional tendo o Estado como "locomotiva" é exemplificação do pensamento do autor.

1.3 A industrialização e a disputa de classes

Com o fim do período colonial, que economicamente se pautava pela exportação das "*commodities*" – do açúcar, passando pelo ouro, até o café -, há o embate crescente entre classes diversas da sociedade, que disputam o poder, e conseqüentemente a direção econômica do Brasil.

De acordo com Luz (1960), até os últimos anos do século XIX não havia no Brasil um sentimento coletivo da indústria, no sentido de impulsionar a industrialização, apenas indivíduos (com ou sem relação com a indústria) percebiam e advogavam o progresso econômico pela via industrial.

O processo para a industrialização no Brasil foi indubitavelmente uma disputa, que contrapôs interesses divergentes no seio do bloco no poder.

Em especial os senhores de engenho, grandes latifundiários, que visavam a manutenção dos custos de produção, o trabalho escravo e uma economia prioritariamente agrícola, por outro lado havia a incipiente classe industrial, que vocalizava o protecionismo como fator de fomento da indústria nacional, e via nela a libertação da dependência econômica do novo país.

A economia brasileira de há muito era exclusivamente exportadora, ciclo que iniciou com os engenhos de açúcar e plantações de cana -as *plantations*-, cujo objetivo era a transferência da riqueza da colônia para a Metrópole.

Fernandes (2006[1976], p. 41) acentua que “[...] o sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora”.

A industrialização no Brasil perpassa pelo processo de Revolução ou “Transformação” Burguesa, ou seja, pela estruturação de um Estado Burguês – político-jurídico –, com vistas a criar condições econômicas para a implantação da Indústria no País.

A sequência histórica que abrange a Abolição da Escravidão (1888), Proclamação da República (1889) e a Constituinte (1901), foi a propulsora de mudanças significativas, como a consolidação do Estado burguês.

Para Saes (1985), o processo era único, porém com etapas diversas cujo cerne era a reorganização do aparelho de Estado, destarte, a hegemonia no seio do bloco de poder seria trasladada *à posteriori* em decorrência deste momento histórico.

As transformações mais sensíveis do Estado em direção à industrialização se deram na década de 1930, e a crise mundial iniciada pelo crash de 1929 teve papel fundamental, pois, “criou condições, nos planos econômicos e políticos, para a emergência de aparelhos regulatórios específicos de sustentação dos setores agroexportadores, assim como outros setores econômicos também afetados [...]”. (DRAIBE, 2007, p. 75).

Segundo Farias (2010), o novo Estado fruto da “revolução de 1930” tem como característica principal a expansão do intervencionismo estatal na economia, por meio das empresas estatais no setor produtivo.

De acordo com Carvalho (1977), para a efetivação da expansão intervencionista na economia o Estado *à priori* estruturou-se por meio de órgãos de regulação e controle, com vistas à conceber políticas setoriais e estratégicas, tais como: Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM (1934), Conselho Nacional do Petróleo – CNP (1938), Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1940).

Na área industrial a atuação do Estado se deu para oferecer diretrizes para o avanço do setor e para sanar problemas correntes, conforme fica evidenciado,

[...] quando as intenções industrializantes atingiam maior nível de articulação, foram criadas as seguintes comissões: Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Executiva Têxtil (1942), Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Comissão Nacional de Ferrovias (1941), Comissão Vale do Rio Doce (1942), Comissão da Indústria de Material Bélico (1944) etc. (DRAIBE, 2007, p. 80).

A regulamentação estatal também abarcou o campo das relações trabalhistas, com ponto fulcral sendo a CLT (1943), passando o Estado a ser o mediador da contradição antagônica inerente ao capitalismo: capital-trabalho.

Para alcançar o papel ativo no processo de desenvolvimento econômico por via da industrialização, o Estado teve de enfrentar resistências no seio da burguesia industrial-participação de capitais privados, tanto nacionais quanto estrangeiros.

De acordo com Farias (2010), o intuito estatizante era de acelerar a industrialização no país, com vistas a subordiná-la aos objetivos centrais, na visão desenvolvimentista: segurança nacional e independência econômica.

Cabe a ressalva, porém, de que a segurança nacional e a independência econômica não são objetivos em choque com os interesses gerais da burguesia – a preservação do Estado capitalista e a defesa da acumulação de capital (FARIAS, 2010).

A maior participação do Estado na economia, via agências de controle e empresas estatais, lastreada na segurança nacional e independência econômica, foi subsidiariamente o

fator de propulsão da industrialização do Brasil, as perguntas que ficam são: Sem o Estado existiria a Vale? E a CSN? Como seria a Petrobras?

É inegável que o Estado intervencionista dos anos 1930 foi o catalisador da industrialização, entretanto, muitos interesses tiveram de ser suplantados para potencializar o bem comum, segurança nacional e independência econômica.

Isso se deve à política de Estado que sacrificou os interesses econômicos, em parte, do bloco de classes dominantes, que neste contexto histórico não detinha controle (hegemônico) das políticas e benefícios estatais.

De certo modo, a participação direta do Estado na industrialização nacional se deu em torno da ideia que, a industrialização seria o único caminho viável para mitigar o ciclo de miséria e pobreza.

Isso abarca o processo industrial latino-americano, que proporcionaria a independência econômica, sendo um ponto de inflexão em relação ao que Mello (1982, p. 24) descreve como, “sucessão de situações de dependência”: dependência colonial, dependência primário-exportadora e dependência tecnológico-financeira”.

1.4 Industrialização Retardatória ou Hipertardia

O que se convencionou chamar de industrialização retardatória ou hipertardia é, grosso modo, uma parte do processo de desenvolvimento desigual da economia mundial, é uma fração, por conta da especificidade do processo de industrialização da América Latina - parte-, em relação aos modos ou modelos clássicos de industrialização - todo-, no desenvolvimento e expansão capitalistas.

Mello (1982, p. 17) afirma, “[...] os problemas e ao mesmo tempo, a especificidade da industrialização latino-americana decorrem de seu caráter periférico. [...] a industrialização latino-americana é problemática porque periférica.”

A industrialização no Brasil é considerada retardatória ou hipertardia, porque o processo industrial ocorreu na esteira dos países capitalistas centrais.

Segundo Chasin (1999), como um processo de subordinação ao imperialismo, logo, não houve por aqui a implantação de indústrias de bens de capital, necessária para a expansão da capacidade produtiva, pelo contrário, havia uma condição de dependência intrínseca.

Para a compreensão do processo de industrialização retardatária ou hipertardia temos de recorrer a tese apresentada por Chasin (1999), cujo cerne está em uma via colonial que se refere à forma específica de objetivação do modo de produção capitalista no Brasil e em países que tiveram configuração histórica de extração colonial.

A subordinação às economias centrais é condição imperativa no processo orgânico do desenvolvimento da economia mundial, sendo assim, “a via colonial é modo e estágio de ser, no ser e no ir sendo capitalismo” (CHASIN, 1999, p. 568).

Por consequência de o Brasil ser agroexportador, seu desenvolvimento industrial se deu mediante indução, por meio de economias centrais.

Diante da visão de Ruy Mauro Marini (1973)[1990], somos uma economia periférica, que vive em torno das economias centrais, ou seja, somos dependentes dessas economias, e isso é causa do “atraso” na industrialização.

Dentro da leitura da tese da via colonial, Alves e Silva (2008) apontam que fica evidenciado que o ônus da industrialização retardatária ou hipertardia é a dissociação entre o desenvolvimento econômico e o social, para eles as mazelas no desenvolvimento da vida social brasileira é fruto dessa “anormalidade”.

Segundo Mello (1982), com o surgimento das economias capitalistas exportadoras, leia-se periféricas, o modo de produção capitalista passa a ser dominante no continente latino-americano.

Há o óbice central da falta de forças produtivas capitalistas concomitantemente nesse processo, o que corrobora com a tese de que a reprodução ampliada do capital não subsiste dentro das economias latino-americanas, diante da carência de bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção.

No entender de Mello (1982, p. 97), “a industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção”.

Deste modo, há que se levar em conta que deve existir inevitavelmente, internamente, condições necessárias à reprodução e expansão do capitalismo, ou seja, uma dinâmica de acumulação especificamente capitalista.

Assertivamente o autor arremata:

Não basta, no entanto, admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é específica e que sua especificidade está duplamente determinada: por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária. (MELLO, 1982, p. 98).

Em estar dentro da lógica capitalista, e inserido no capitalismo mundial, a industrialização retardatária nascitura, na América Latina, e obviamente no Brasil, está imbricada em obstáculos mais difíceis de serem transpostos.

Para além da dependência financeira, há o óbice tecnológico, que se mostram presentes na carência de volume em massa de capital (nacional), bem como ausência de tecnologia sofisticada, que sobejam nas economias dos países centrais.

A compreensão da estruturação do capitalismo, bem como da industrialização retardatária da América latina e conseqüentemente do Brasil, são fundamentais para desvendar as origens do atraso econômico e social desta região do globo, sendo a industrialização capitaneada pelo Estado condição *sine qua non* para mitigar o ciclo da pobreza e do atraso.

A industrialização brasileira, por meio do capitalismo de Estado, teve início a partir da década de 1930, mas foi nos anos 1950 durante o governo Juscelino Kubitschek que as transformações econômicas seriam mais acentuadas.

De acordo com Mendonça (1986), após o esgotamento do modelo econômico adotado na década de 30, os rumos econômicos sofreram uma ruptura e foram reorientados, focando no novo setor industrial e em novas estratégias de financiamento da indústria nacional.

Com o novo enfoque do Estado, os estímulos econômicos provocaram a aceleração da industrialização, tendo em vista a ampla cadeia produtiva vinculada aos setores favorecidos, em especial o de automóveis.

O novo modelo econômico atrelado à conjuntura internacional (pós-guerra), gerou mudanças sensíveis na economia brasileira,

[...] a "guinada" de 180 graus no modelo econômico brasileiro também sofreu condicionamentos das alterações ocorridas na conjuntura internacional a partir da década de 1950. Concluídos os planos de reconstrução do pós-guerra, os centros capitalistas adquiriram um certo grau de estabilidade econômica que os levou a buscar novas oportunidades lucrativas de exportação de capitais. "Redescobriram-se" os países periféricos. [...] Portanto, foi no tocante às formas de seu financiamento que o modelo de acumulação delineado entre 1955-60 mais se distinguiu do anterior. Face às pressões - externas e internas - descritas, optou-se pela internacionalização da economia brasileira, abrindo-a ao capital estrangeiro sob dupla forma de empréstimo e investimentos diretos. Implantava-se aí o que alguns denominam "modelo do capitalismo dependente-associado". (MENDONÇA, 1986, p. 47-48)

Esse modelo de capitalismo, cujo tripé - Estado, capital nacional e internacional- era condição fundamental para o êxito, abarcou mudanças internas significativas no país, como o fluxo migratório campo-cidade.

O capítulo a seguir abordará, o período histórico da descoberta de petróleo no Brasil, o complexo processo de criação da Petrobras, bem como a estratégia de desenvolvimento nacional tendo a companhia como "força motriz".

2 PETROBRAS: SUA TRAJETÓRIA E PAPEL NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Este capítulo apresentará o período de luta político-econômica, em que está inserida a criação e consolidação da Petrobras.

A abordagem deste capítulo visa apontar historicamente o processo de solidificação da companhia, assim como, a construção do seu arcabouço tecnológico.

Desse modo, a sequência apresentada é periodizada para facilitar o acompanhamento dos eventos históricos que marcam desde o marco temporal do petróleo no Brasil, perpassando pela campanha nacionalista “o petróleo é nosso”, até o desdobramento da política de investimentos em pesquisa e desenvolvimento que culminou na descoberta do pré-sal.

2.1 Marco Temporal do Petróleo

De acordo com Vasconcelos e Vidal (2001), a história da Petrobras se confunde com a história positiva do Brasil no último meio século, pois a vida econômica e a soberania nacional estiveram intrinsecamente vinculadas com a questão do petróleo.

A despeito de a primeira menção à exploração do petróleo ter sido no Império, por meio do decreto nº 3.352-A de 30 de Novembro de 1864⁴, as bases legais para a exploração do petróleo ainda não estavam dadas.

Com o advento da Primeira República, “[as] ideias liberais e federativas, vitoriosas na Constituição republicana de 1891, viriam a modificar radicalmente as condições legais da atividade mineradora e, no seu bojo, da exploração de petróleo no país” (DIAS; QUAGLINO, 1993, p.7).

A questão do petróleo está umbilicalmente relacionada com o desenvolvimento nacional, tendo como ponto de partida a autossuficiência energética, pois, quando se fala em petróleo ressoa energia.

⁴ Decreto que trata da concessão para exploração mineral e de petróleo, pelo prazo de 90 anos, à Thomaz Denuy Sargent, por uma companhia, nas Comarcas de Camamú e Ilhéus, na província da Bahia. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3352-a-30-novembro-1864-555171-publicacaooriginal-74298-pe.html>>. Acesso em 08/07/2021.

Com a Administração Vargasista (1951-1954), de cunho castilhistas⁵, houve na política Nacional a centralização do poder, que potencializou um Estado capaz de propor as mudanças necessárias para uma sociedade em transformação.

A concepção do sentimento nacionalista, tão latente no Estado Novo (1937-1945), foi um catalizador para ensejar, *a posteriori*, a criação da “joia da coroa” do Brasil, a Petrobras. Entretanto, há que se lembrar que as contradições e oposições sempre puseram em constante vigilância o projeto nacionalista brasileiro, como bem diz:

[...] Getúlio seria o portador de um programa econômico nacionalista, que pregava ampla intervenção do Estado na economia e era hostil ao capital estrangeiro, defendendo um desenvolvimento capitalista autônomo; já a grande imprensa – partidária do liberalismo econômico – defendia a não intervenção estatal na economia, o máximo de liberdade ao fluxo de capital e mercadorias e, assim, a manutenção do país como produtor de bens primários capazes de lhe permitir maiores vantagens no comércio internacional. (MARTINS, 2012, p. 200).

Na época da fundação da Petrobras, a capital federal ainda era o Rio de Janeiro. Esse aspecto tem grande relevância, tendo em vista o peso e influência demonstrados pelos principais veículos de comunicação, que se situavam justamente na capital.

Cabe destacar que o mundo estava envolto nas consequências da 2ª Guerra Mundial, e consequentemente às influências das grandes potências, no caso do Brasil, o imperialismo americano, como se pode notar:

Com as mudanças ocorridas após 1945, a situação se modificou bastante. Tanto o governo Dutra, quanto os principais partidos com peso no parlamento (PSD e UDN), assim como as demais forças com influência naquele momento, como os meios da mídia impressa, estavam a favor da abertura para o capital internacional, ou guardavam em relação ao tema uma posição de indiferença. Como a história registrou, quando Dutra enviou ao Congresso o anteprojeto do estatuto do petróleo já no final de seu mandato, em 31 de janeiro de 1951, a resistência dos nacionalistas já estava fortalecida suficientemente para impedir que ele fosse aprovado. Isso não se deu de forma repentina. No mesmo ano em que Eurico Dutra decidiu ouvir a Embaixada dos Estados Unidos e nomear a comissão para elaborar uma legislação que permitisse a entrada das grandes empresas privadas dos EUA na exploração da indústria petrolífera no Brasil, os militares nacionalistas também decidiram ampliar sua luta pelo monopólio estatal. (CARVALHO, 1977, p. 81).

⁵ Júlio de Castilhos (1860 - 1903): político gaúcho cujo pensamento político estava atrelado ao Positivismo, ou seja, um forte poder (centralizado) executivo frente a um legislativo enfraquecido.

Ainda de acordo com Carvalho (1977), o processo que culminou na campanha “O Petróleo é nosso” e na criação da Petrobras surgiu nos anos imediatamente posteriores à vitória da revolução de 1930, assim sendo, depreende-se que são frutos de uma visão nacionalista e de cunho estratégico.

2.2 “O petróleo é nosso!”

O início do movimento denominado “O Petróleo é nosso” ocorreu em meados dos anos 1948. De acordo com Carvalho (1977), o momento político era complexo, sendo que, de fato, não havia uma plena democracia, e em algumas situações de insatisfação popular a repressão estatal era desproporcional.

Para além disso, as eleições pós-guerra (1945) catapultaram ao parlamento um ideário liberal, na área econômica, que logo no princípio facilitou a abertura do mercado nacional para empresas estrangeiras com sede no país (1946), o que evidencia as forças político-econômicas que se impunham contra o nacionalismo.

A campanha em defesa dos recursos nacionais (o petróleo), que potencializou o nacionalismo, é uma contraposição à política imperialista norte-americana.

Cabe destacar que estava em curso, à época, a guerra fria, e no Brasil em 1947 o PCB (Partido Comunista do Brasil) teve o registro cancelado⁶, sendo que nas eleições de 1945 o mesmo havia conquistado 10% dos votos, o que *a posteriori* seria utilizado como argumento para descredibilizar a campanha, já que o PCB (os comunistas) estava na ilegalidade.

Segundo Carvalho (1977), a eleição de Dutra (1945) foi bem vista pelos EUA, tendo em vista o interesse na exploração do petróleo. Cabe destacar que houve uma aliança entre os dois principais partidos eleitos para o Parlamento, e que o Presidente eleito e seu principal adversário nas eleições, Eduardo Gomes, detinham ampla maioria dos assentos do plenário da

⁶ Na eleição presidencial de 1945, o PCB atingiu 10% dos votos; no pleito para a Constituinte, alcançou quase 10% da votação e elegeu 14 deputados - entre eles, o escritor Jorge Amado - e um senador, Luís Carlos Prestes. Em março de 1946, o Deputado Barreto Pinto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), encaminha denúncia ao Tribunal Superior Eleitoral contra o PCB, alegando o caráter ditatorial e internacionalista da agremiação e pedindo a cassação de seu registro. O parecer do procurador geral foi pelo arquivamento do processo, mas o Tribunal optou por não aceitá-lo e deu prosseguimento à apuração. Em maio de 1947, outro parecer da Procuradoria da República argumentou que havia irregularidades no estatuto do partido e seu caráter político era realmente internacionalista. No Plenário do Tribunal Superior, decidiu-se por três votos a dois o cancelamento do registro do PCB. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>>. Acesso em 09/10/2021.

Constituinte, com 258 das 320 cadeiras (173 parlamentares eram do PSD e 85 da UDN) e eram favoráveis à abertura da economia brasileira para o capital internacional.

A pressão dos Estados Unidos para que o desenvolvimento da indústria petrolífera no Brasil se desse de acordo com os interesses de suas empresas se tornava cada vez mais ostensiva com seus emissários atuando abertamente para influenciar as decisões do governo e do parlamento brasileiros. Essa postura provocou a indignação dos setores da sociedade comprometidos com a defesa da independência econômica do País, que protestavam o quanto lhes era possível. (CARVALHO, 1977, p. 129).

A Assembléia Constituinte de 1946, compelida pelos EUA e outras forças, que viam com bons olhos a exploração mineral e a abertura do mercado brasileiro aos estrangeiros, aprovou a legislação constitucional⁷ que conferia base jurídico-legal, que ia de encontro a esses interesses.

Para além da legislação favorável, houve ainda a concessão, por parte do Presidente Dutra, para que o alto escalão das Relações Exteriores dos EUA projetasse uma nova legislação de petróleo (Estatuto do Petróleo) para o Brasil, e de forma clara facilitando o acesso à indústria petrolífera privada.

A elaboração do Estatuto do Petróleo durante o governo Dutra seria o estopim para a campanha “O Petróleo é nosso”, tendo em vista que era diametralmente oposta à posição dos nacionalistas, que viam na exploração mineral, por parte de estrangeiros, uma perda da soberania.

2.3 Criação da Petrobras

O projeto que *a posteriori* se concretizaria na Petróleo Brasileiro S/A, a Petrobras, foi elaborado em sigilo, no ano de 1951, por técnicos (economistas)⁸ vinculados à Assessoria Econômica da Presidência da República, orientados pelo Presidente Vargas a formularem uma proposta/ projeto de lei com intuito de mitigar a resistência da Oposição, que anteriormente já havia se posicionado a favor do Estatuto do Petróleo.

De acordo com Carvalho (1977), a concepção fundamental do projeto original, formulado a pedido de Vargas, previa a participação de tantos quantos quisessem cooperar para

⁷ O artigo 153 da Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946 permitia a exploração mineral por parte de estrangeiros desde que as sociedades fossem instaladas no Brasil.

⁸ A Assessoria Econômica era liderada pelo economista Rômulo de Almeida, e a responsabilidade de projetos ligados à área energética era de incumbência do também economista Jesus Soares Pereira.

a solução dos problemas relacionados com a importação de óleo cru e derivados, e apesar de haver restrições em relação à participação de capitais privados estrangeiros, o projeto tinha como cerne a criação de uma empresa administrativa e financeiramente flexível.

O Presidente Vargas no afã de mobilizar politicamente os parlamentares,

Na mensagem que acompanhou o projeto da Petrobras ao Congresso, descreveu as preocupações de seu governo com a importação do petróleo e justificou a criação da Petrobras como a solução mais adequada para acelerar a exploração e o desenvolvimento dos recursos petrolíferos nacionais. (CARVALHO, 1977, p. 48)

O objetivo central da Petrobras no curto prazo era a redução dos custos em moedas fortes com importação de óleo cru e derivados.

De acordo com Carvalho (1977) as refinarias, tanto do governo quanto das empresas privadas nacionais, poderiam processar apenas metade da demanda em 1955, e o governo apostava todas as fichas no aumento de produção dos poços de petróleo na Bahia, como forma de enfrentamento para a possível restrição da expansão industrial, que cabalmente poderia levar ao racionamento do consumo de combustíveis líquidos.

Diante deste panorama de crise, o Governo Vargas (1951-1954) sugeriu que a Petrobras fosse criada como sociedade de economia mista, o que poderia politicamente, em sua leitura, facilitar a tramitação do projeto, porém foram tomadas precauções para que o capital estrangeiro fosse minoritário e o governo federal mantivesse uma estrutura que reforçasse seus interesses.

O projeto da Petrobras em sua primeira fase de tramitação no parlamento recebeu críticas e severa oposição como já imaginara Vargas, entretanto, como diz Carvalho (1977, p. 53), “[...] curioso nesta reação era o fato de ela originar-se entre membros do Partido Trabalhista Brasileiro, o partido de Vargas”.

O principal “móvel de luta política” foi transformado em substitutivo do projeto, Carvalho (1977, p. 53) destaca que, “[...] o deputado trabalhista Eusébio Rocha [...] propôs um substitutivo, que eliminaria por completo a participação de capitais privados, nacionais ou estrangeiros, em todas as fases da indústria petrolífera, exceto a distribuição”, de certa forma a proposta original passou a ser vista, principalmente por parlamentares trabalhistas, como “entreguista”, ou seja, o projeto de Vargas era contrário, nessa visão, aos interesses do país.

Com intuito de defender o projeto, o governo Vargas, via assessoria econômica da Presidência da República, produziu um documento chamado “Os fundamentos da Petrobras”, que visava também convencer os leitores de que a empresa não sofreria influências do exterior

e muito menos dos grupos privados nacionais, ou seja, destacava a soberania bem como o caráter público da empresa.

Uma mudança no xadrez político do parlamento causou espanto no governo, o liberais udenistas⁹ se colocaram em posição de apoio ao monopólio estatal e, para além disso, por meio do deputado Olavo Bilac Pinto apresentaram um substitutivo ao projeto de Vargas.

O projeto de Olavo Bilac foi chamado de ENAPE, Empresa Nacional de Petróleo, e diferia do projeto do governo na questão central do monopólio da Petrobras.

O deputado propunha que o monopólio se estendesse sobre a exploração, produção, refinação e transporte de petróleo e para além disso a empresa não teria mediação de subsidiárias para realização de suas atividades.

Após um amplo debate na câmara dos deputados, Vargas insistiu na proposta de empresa mista, entretanto, modificou o projeto tirando a participação de capital estrangeiro, resultando na aprovação do mesmo com emendas, como a que instituiu o monopólio em todas as fases da indústria do petróleo, com exceção da distribuição.

No Senado, as lideranças políticas que apoiavam a participação do capital estrangeiro, modificaram o projeto, entretanto, a Câmara derrubou as mudanças e finalmente o projeto foi aprovado e transformado em lei no dia 3 de outubro de 1953. Constituída a Petróleo Brasileiro S/A ou Petrobras, têm-se o início das operações da companhia no ano de 1954, a seção a seguir tem o intuito de concatenar a evolução histórica da empresa bem como seu papel de relevância na estratégia nacional de desenvolvimento.

2.4 Petrobras e estratégias de desenvolvimento

As subseções a seguir apresentarão a evolução da Petrobras, abarcando o período inicial de operação, sob o regime do monopólio estatal, perpassando pela abertura do setor ao final da década de 1990, e concluindo-se no período de descoberta do pré-sal no século XXI.

2.4.1 Operação terrestre (1954-1967)

Após o complexo processo de fundação, a Petrobras deu início às operações com elevado nível de dificuldade, tal qual o da tramitação do projeto de lei no congresso.

⁹ UDN: União Democrática Nacional, partido de oposição aos trabalhistas (PTB) ligados a Vargas, liberais e que foram favoráveis ao Estatuto do Petróleo, ou seja, à participação de capitais estrangeiros na exploração mineral.

Para além da escassez de capital, havia falta de mão de obra qualificada - não existiam cursos universitários de geologia no país - sendo necessária a contratação de técnicos norte-americanos para diversas funções, bem como de engenheiros de minas ou mesmo de engenheiros civis que tivessem alguma especialização e estudo na área (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Entre os técnicos norte-americanos contratados estava Walter Link, chefe do Departamento de Exploração, sua nomeação na visão dos udenistas beirava o escândalo, entretanto, a contratação de dezenas de geólogos e geofísicos norte-americanos se justificava pelo *know how* em exploração, e também em relação às descobertas e produção no curtíssimo prazo, que só poderiam ser obtidos com ampla ajuda desses profissionais (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Durante sua gestão, de acordo com Bregman (2006), Link focou na região do Recôncavo Baiano e na Bacia do Amazonas, entretanto sem êxito - Pedro Moura, seu sucessor, desistiu de todo o projeto para a Amazônia *a posteriori* - sendo as descobertas em Jequiá¹⁰ e Tabuleiro Martins¹¹ as principais no sentido de expectativas de produção elevada.

Por ironia do destino, um relatório produzido por Link em 1960 - motivo de seu pedido de demissão, por ser pessimista para os nacionalistas que acreditavam na abundância de óleo no país - foi significativo para a manutenção de investimentos na exploração da bacia Sergipe-Alagoas, que culminou na grande descoberta de Carmópolis¹².

Devido a problemas de saúde, Pedro Moura foi substituído em 1965 por seu auxiliar Franklin Andrade Gomes, tendo em sequência Carlos Walter Marinho Campos assumido a vaga pelos nove anos subsequentes (BREGMAN, 2006).

2.4.2 Operação marítima: plataforma rasa (1967-1984)

"A crescente demanda interna por petróleo, proveniente dos processos de industrialização e urbanização correntes no país, aliada com o relativo fracasso da exploração terrestre fez com que uma mudança de orientações se desse na empresa no fim da década de 1960" (BREGMAN, 2006, p. 7).

No campo das diretrizes de exploração tornava-se cada dia mais claro que um sucesso como a descoberta de Carmópolis não iria se repetir nas bacias

¹⁰ Localizado no Estado de Sergipe

¹¹ Localizado no Estado de Alagoas

¹² Localizado no Estado de Sergipe

terrestres e que o avanço para a fronteira disponível - a plataforma submarina - dependeria de uma maior agressividade gerencial. Além disso, esse avanço dependeria ainda de um grande esforço de capacitação nas áreas de engenharia, suprimento e geofísica. [...] Nesse sentido, já em 1967 é posto em andamento o projeto de "perfuração submarina", contratando-se as firmas especializadas no exterior. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 123).

Com o foco dos investimentos se deslocando para um novo ambiente - o mar - os problemas iniciais da companhia voltaram à tona: mão de obra qualificada, recursos financeiros, capacidade tecnológica e etc.

Para obter êxito, a companhia não se limitou à contratação de serviços e tecnologias externas, mas desenvolveu uma estratégia de formação de recursos humanos (DIAS; QUAGLINO, 1993). O objetivo também era obter maior controle sobre a tecnologia enquanto condição *sine qua non* para o sucesso da companhia.

Em 1968, é adquirido um computador para o primeiro centro de processamento analógico a ser instalado no país, com a assistência da Western Geophysical Co., e poucos anos depois já era possível o envio regular de geofísicos brasileiros para especialização no exterior. O caso das plataformas e navios-sonda segue rumos semelhantes. No ano de 1967 é iniciada a construção, no Brasil, da plataforma Petrobrás I, com capacidade para a exploração de lâminas d'água de até 30 metros, sendo o início de operação programado para o primeiro semestre de 1968. Em 1971, a construção de um navio-sonda foi encomendada a um estaleiro japonês e no ano seguinte a construção da plataforma Petrobrás III, para operação em lâminas d'água de até 100 metros, foi encomendada a estaleiros norte-americanos. A Petrobrás IV, para lâminas de até 33 metros, também foi adquirida no exterior, em 1975. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 125).

Nesse contexto, após extenso levantamento gravimétrico marítimo entre Cabo Frio (RJ) e Recife (PE) que não resultou em descobertas significantes- em 1968 ocorreu a descoberta do campo de Guaricema (SE) -, porém, que levaram a Petrobras a duas importantes decisões: criação da Braspetro, com o intuito de buscar o petróleo no exterior e o direcionamento dos investimentos para as atividades de *downstream*¹³ (DIAS; QUAGLINO, 1993; LUCCHESI, 1998; BREGMAN, 2006).

O aumento da demanda interna somada à crise internacional do choque de petróleo, suscitaram respostas de curto prazo, tendo em vista que a imagem da empresa se deteriorava diante da opinião pública.

¹³ É a parte inferior da cadeia produtiva do petróleo, ou seja, da logística e transporte dos produtos da refinaria até os locais de consumo.

Em 1973, no afã de solucionar o problema de abastecimento, foram registradas novas descobertas na Bahia, no Espírito Santo e em Alagoas, entretanto, em 1974, a solução do fornecimento de petróleo no país começava a se materializar com a descoberta na bacia de Campos (RJ). Segundo Bregman (2006, p. 7), "[e]nquanto essa solução não chegava, a Petrobras ainda deveria procurar novas alternativas para aumentar o investimento, e com esse intuito surgiram os controversos contratos de risco¹⁴, em 1975".

Apesar da boa condução do processo licitatório por parte da Petrobras e do razoável interesse das empresas privadas, os resultados foram bastante modestos.

Além dos conhecimentos adicionais sobre áreas ainda não exploradas pela empresa, contudo, apenas uma jazida de gás natural descoberta pela PECTEN¹⁵ e pequenos campos de petróleo em terra no Rio Grande do Norte descobertos por empresas brasileiras chegaram a apresentar resultado concreto e comercial nesses 12 anos de existência dos contratos de risco. (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 132)

De acordo com Dias e Quaglino (1993), em 1979, já na segunda crise do petróleo, o Brasil produzia 14% do petróleo que consumia, número que passou para 50% em 1985.

Era, entretanto, na Bacia de Campos que estava a chave para o aumento da produção, onde os esforços tecnológicos de exploração e produção começaram a maturar.

Apesar de todo o processo de evolução da produção e da exploração, se tornava cada vez mais latente a necessidade de investimentos para suprir, concretamente, as necessidades internas.

A seção a seguir apresentará os avanços técnico-legais que desafiaram a companhia rumo à inovação, bem como a descoberta do pré-sal.

2.4.3 Operação marítima: águas profundas e ultraprofundas (1985 em diante)

¹⁴ Era a participação de capitais privados estrangeiros nas atividades de exploração do petróleo, ou seja, uma flexibilização do monopólio da Petrobras, visando fomentar investimentos no setor de petróleo e gás.

¹⁵ Pecten do Brasil Serviços de Petróleo Ltda, empresa aberta em 1978 na cidade de Rio de Janeiro, com atividades na área de extração de petróleo e gás natural.

O processo de redemocratização (1975-1985) trouxe impactos na função estratégica da Petrobras, entretanto, a companhia detinha mecanismos de defesa para vencer a crise do Estado¹⁶- ao longo da década de 1990- o que a diferenciou das outras estatais brasileiras.

Com a confirmação do potencial das águas profundas¹⁷ da Bacia de Campos e o avanço tecnológico materializado na sísmica 3D¹⁸, ferramenta exploratória que minimiza tempo e custos de exploração, ocorreram importantes descobertas na região do rio Urucu, na Bacia do Solimões e na Bacia de Santos.

Com a promulgação da nova Constituição em 5/10/1988, não foram mais permitidos contratos de risco, persistindo apenas os contratos pelos quais foram feitas descobertas consideradas comerciais. Os levantamentos de sísmica 3D terrestres começaram a mostrar resultados, principalmente no Espírito Santo, Bacia Potiguar e no Recôncavo. Em Campos, aumentou substancialmente a utilização de sísmica 3D para guiar a exploração em áreas virgens. Tais campanhas abriram novas frentes exploratórias e reduziram ainda mais os custos de descoberta. Foi encontrada a primeira acumulação de gás na Bacia do Paraná, em Barra Bonita, e, na Bacia de Campos, a última grande descoberta em águas profundas – o Campo de Roncador – revelou-se um gigante com óleo de boa qualidade, com possibilidade de se tornar o maior campo brasileiro. (LUCCHESI, 1998, p. 29)

A Petrobras, em 1992, recebeu o prêmio OTC Distinguished Achievement Award¹⁹ por conquistas técnicas notáveis relacionadas ao desenvolvimento de sistemas de produção em águas profundas, e, em 2001, por avanços nas tecnologias e na economicidade de projetos de águas profundas, no desenvolvimento do campo de Roncador.

É a partir do ano de 1997, com a criação da ANP²⁰, por meio da lei do petróleo, que o monopólio da Petrobras chegaria ao fim. No ano de 1998, o monopólio foi finalmente quebrado, passando a Petrobras à condição de concessionária da ANP.

Apesar da adoção do regime de concessão, a Petrobras teve um período de três anos para concluir projetos de exploração e efetivar a produção das descobertas recentes.

Ainda em 1998 foi realizada a dita "Rodada Zero" das licitações de blocos exploratórios. Nesta foi disponibilizada uma quantidade expressiva de blocos, quando se compara com as rodadas seguintes. [...] Além da "Rodada Zero",

¹⁶ A crise do Estado ou crise do Estado de Bem-Estar Social, é a crise dos anos 1970. Sendo a nomenclatura utilizada nos anos 1980 pelo projeto neoliberal, que visava a redução do papel do Estado e ampliação da esfera do mercado econômico.

¹⁷ Águas oceânicas situadas em áreas com lâmina d'água, em geral, entre 300 e 1.500 metros.

¹⁸ Método geofísico que utiliza ondas sísmicas para o estudo do solo.

¹⁹ Principal Prêmio da indústria mundial de petróleo e gás.

²⁰ Agência Nacional de Petróleo, cuja função é regular o setor de petróleo e gás nacional.

sete rodadas de licitações foram promovidas pela ANP. (BREGMAN, 2006, p. 9-10)

Com o regime de concessão, os investimentos em exploração e produção deram um salto. O novo arranjo institucional capitaneado pela ANP, vinculou diretamente as grandes empresas à Petrobras por conta do seu amplo conhecimento geológico solidificado durante todo o período descrito neste capítulo.

2.4.4 Pré-sal

No final do ano de 2006, a Petrobras anunciou a grande descoberta de poços de petróleo, situados a 2 mil metros abaixo do nível do mar, denominada de pré-sal.

“Pré-sal” porque o óleo encontrado está em águas profundas e ultraprofundas, abaixo de 3000 metros de areia e rochas e de uma camada adicional de sal (CARBALLEDA, 2009).

Com a descoberta do pré-sal, o Brasil passou a figurar internacionalmente como um relevante, pelo menos potencialmente, produtor e exportador de petróleo. Segundo Carballeda(2009, p. 1), a “região do pré-sal está localizada a aproximadamente 170 milhas costa afora do Brasil, no Oceano Atlântico. [...] a região vai provavelmente de [sic] Espírito Santo até Santa Catarina”.

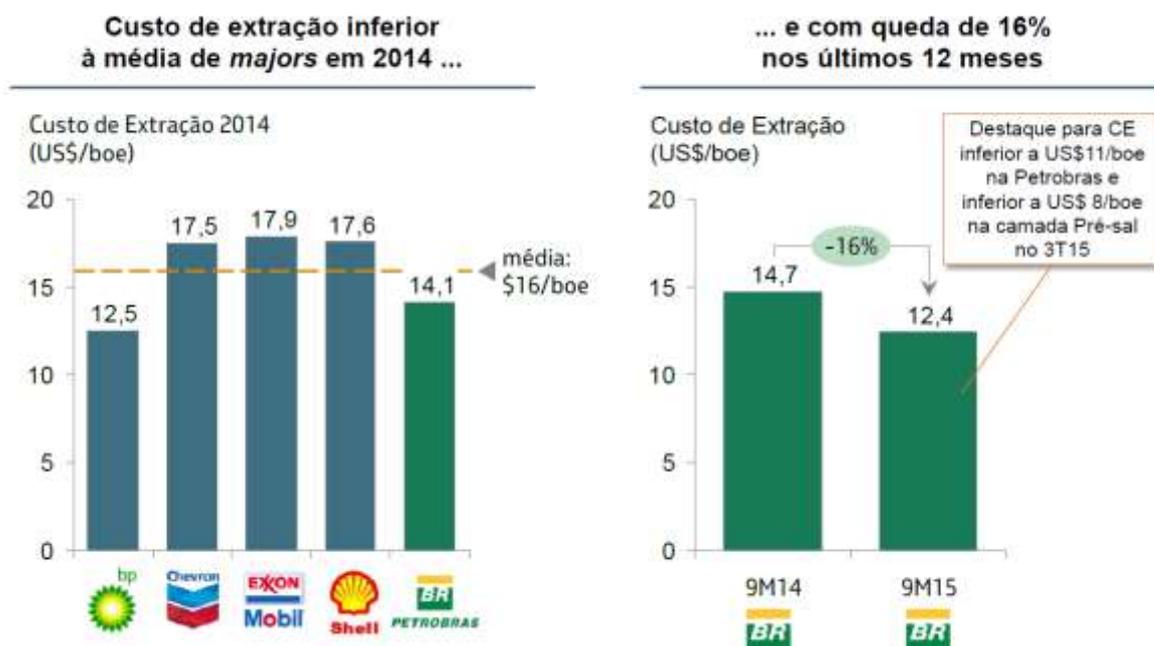
Por conta das características do petróleo, *commodity* e não renovável, houve a necessidade de se ter um planejamento estratégico para a exploração e produção.

Diante disso,

[...] o governo brasileiro decidiu suspender os leilões do site do pré-sal até obter uma estratégia global de geração e regulação desses recursos. Em outras palavras, como as descobertas se revelaram maiores do que inicialmente esperado, o governo brasileiro percebeu que era importante conceber uma estratégia global a fim de desenvolver plenamente estas novas reservas e, ao mesmo tempo, garantir que a riqueza inesperada sirva tanto como possível para o bem-estar do povo brasileiro. A suspensão ocorreu, pela primeira vez, quando o governo retirou 41 sítios pré-sal dos leilões da 9ª Rodada, em 2007. (CARBALLEDA, 2009, p. 1)

Devido ao *know-how* tecnológico desenvolvido pela Petrobras, em especial, na exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, os custos para extração são menores do que de todos os *players* do setor (Figura 1).

Figura 1: Custo médio de extração de petróleo.



Fonte: Evaluate Energy, Petrobras.

O nível de investimentos necessários para explorar o pré-sal é elevado e diante disso, a principal aposta na exploração e produção tanto do Pré-Sal quanto em outras áreas do setor petrolífero foi, e ainda é, a Petrobras.

No entanto, a companhia, apesar de possuir *expertise*, decorrente de anos de investimento em pesquisa e desenvolvimento, encontra dificuldades financeiras para explorar o pré-sal.

Todo o potencial do pré-sal, rentabilidade e produtividade, pode deixar de ser explorado por conta do cenário atual da companhia: redução dos investimentos e venda de ativos.

O ônus não será apenas da Petrobras, mas de todo o Estado brasileiro, que vê nesta descoberta uma fonte de diminuição da miséria e da desigualdade social.

Ao longo deste capítulo notamos os resultados da estratégia nacional de desenvolvimento, tendo como foco a indústria do petróleo, cujo leme é a Petrobras.

Ademais, toda tecnologia desenvolvida e as grandes descobertas, são frutos da estratégia de desenvolvimento econômico capitaneada pelo Estado.

Na próxima seção iremos observar a periodização da política de preços da Petrobras e sua relevância para a economia real do país.

3 HISTÓRICO DA POLÍTICA DE PREÇOS

Essa seção apresentará um panorama geral da política de preços da Petrobras durante o período histórico que compreende desde a década de 1970 até e o momento presente, para tanto a mesma será subdividida em duas. A primeira analisará o período histórico que abarca desde os anos 1970 até o ano de 2016, onde ocorre um ponto de inflexão da política de preços da Petrobras. A segunda, se debruçará na atual política de preços e no contexto de sua implementação.

3.1 Histórico da política de preços de 1970 a 2016

De acordo com Tiomno e Werner (2001), por ser a principal fonte energética do mundo, o petróleo é responsável por significativo impacto econômico, tendo o preço de seus derivados relevância proporcional na análise do progresso econômico das nações.

No Brasil, o preço dos derivados²¹, em especial os da gasolina e do diesel, tem condicionado em grande medida as oscilações dos índices de preços ao consumidor, tendo em vista que grande parte do sistema de distribuição de bens se dá por meio do sistema rodoviário, onde impactos nos preços dos derivados são repassados ao preço final dos produtos e serviços.

Segundo Hermann e Pires (1990), há forte correlação entre o preço dos derivados de petróleo no Brasil e as dificuldades macroeconômicas enfrentadas a partir da década de 1970. Cabe destacar que a administração de preço foi utilizada como instrumento de política econômica e energética para mitigar os efeitos prejudiciais causados pelos choques de preço do petróleo (1973-1979) a nível internacional.

Os autores ainda apontam que,

A grosso modo, pode-se identificar, a partir de 1973, quatro períodos distintos na política macroeconômica, que influenciaram a política de preços dos derivados: 1º) 1974/78: o objetivo central da política econômica era manter a taxa de crescimento do PIB (prevista em 7% a.a.), mas com uma taxa de inflação razoavelmente controlada. Isto explica que o primeiro choque do petróleo tenha sido absorvido, internamente, mediante aumentos seletivos dos preços dos derivados, fortemente concentrados na gasolina e atenuados nos demais produtos; 2º) 1979/84: caracterizou-se por uma política econômica de contração de demanda (especialmente entre 1981/ 83), em que a política de

²¹ O GLP (gás de cozinha), apesar de fazer parte do cotidiano das camadas médias e da classe trabalhadora, não foi objeto deste estudo, pois não seguiu integralmente a política de preços adotada em 2016, o PPI (cerne do trabalho). A adoção se deu apenas em agosto de 2019. Desse modo, resta como sugestão o estudo do objeto em futuros trabalhos.

preços dos derivados, embora não muito clara, tendeu à recuperação dos preços represados no período anterior. Por outro lado, neste período é criado o chamado dólar-petróleo, visando, de acordo com o discurso oficial da época, amenizar o impacto inflacionário do 2º choque do petróleo. (Cabe lembrar que em ambos os períodos - ou seja, entre 1974 e 1984 - a política de preços dos derivados enfatizava também o objetivo de substituição da energia importada por nacional); 3º) 1985/86: a preocupação central da política econômica é o controle da inflação, o que se manifesta na queda real dos preços de todos os derivados neste período; 4º) 1987/88: o déficit público torna-se o foco principal da política de controle da inflação; neste contexto, inverte-se o papel atribuído aos preços dos derivados, que são, então, elevados em termos reais. (HERMANN; PIRES, 1990, p. 1).

Percebe-se que a condução da política macroeconômica interfere e sofre interferências da precificação dos derivados de petróleo. Para Tiomno e Werner (2001, p. 1), "em grande medida, a formação dos preços dos derivados de petróleo no Brasil foi implementada por ações diretas do Estado, [...] através de mecanismos de ajustes de preços, políticas macroeconômicas de crescimento e desenvolvimento social".

Antes de abordarmos diretamente a política de preços da companhia, se faz necessária uma exposição acerca da estrutura de formação de preço dos derivados de petróleo no Brasil, bem como da estrutura de custos.

Do início dos anos 1970 até o final dos anos 1980, os itens que compunham a estrutura de preços dos derivados de petróleo eram:

a) Preço de Realização: é o componente básico do preço final, porque representa o custo de produção do produto em questão. Os itens que compõem o custo de produção são distribuídos ainda em quatro grupos, que formam o preço de realização: Grupo I, que contabiliza o custo das matérias-primas; Grupo II, onde são registrados os custos de pessoal; Grupo III, que registra os custos indiretos (overhead); e o Grupo IV, que se refere à taxa de depreciação e à taxa de remuneração da atividade de refino; b) Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes (IU), cuja receita é distribuída entre os Estados e o Distrito Federal (na proporção de 32% da arrecadação), os Municípios (8%) e o Governo Federal (60%), através do Ministério do Planejamento; c) Encargos Fiscais e Parafiscais: contribuição à Previdência Social, PIS/ PASEP e FINSOCIAL, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Fundo de Unificação de Preços dos Combustíveis e Lubrificantes (FUP). A soma destes três itens (a + b + c) forma o "preço de faturamento", que é o preço ao qual a Petrobrás fatura os derivados para os distribuidores; e d) Taxa de Comercialização (remuneração dos distribuidores e revendedores). Esta taxa, acrescida ao preço de faturamento, completa a estrutura de formação do preço final ao consumidor. (HERMANN; PIRES, 1990, p. 3)

Já a estrutura de custos, ainda segundo Hermann e Pires (1990, p. 3), "[...] é um pouco mais complexa do que parece indicar a composição do preço de realização, [...] devido à

estrutura integrada de produção de todos os derivados de petróleo que são obtidos em diferentes estágios de uma mesma cadeia produtiva".

Neste mesmo diapasão os autores explicam que:

O que se chama de custo de produção de um derivado é, na verdade, uma proporção do custo médio de produção de todos os derivados, apurado ao longo de toda a cadeia produtiva. [...] Assim, o preço de realização que entra na estrutura de preços de cada derivado é o resultado do rateio do chamado preço médio de realização (PMR) entre os diversos produtos obtidos. Por esta razão, o PMR é a variável relevante para analisarmos a estrutura de custos dos derivados, e não o preço de realização que cabe a cada um deles individualmente. [...] não sendo possível individualizar com precisão o custo de um derivado, torna-se extremamente difícil determinar o subsídio de um dos produtos, dado que subsídio, por definição, é a diferença (negativa) entre o preço e o custo de um produto. Portanto, é mais apropriado falar em subsídio ao consumidor de derivados ao nível do preço médio de realização, isto é, se este for fixado abaixo do que a Petrobrás calcula ser o seu custo médio, haverá, efetivamente, subsídio do ponto de vista da Petrobrás. [...] verificação de um PMR inferior ao custo efetivo de produção dos derivados é ainda insuficiente para afirmarmos que há subsídio para o consumidor, que pode estar sendo onerado mais que compensatoriamente em outros componentes do preço final. Se isto ocorrer, o subsídio, embora exista para a Petrobrás, não estará beneficiando o consumidor, mas sim o agente cuja participação no preço foi aumentada. (HERMANN; PIRES, 1990, p. 3)

Desse modo, o PMR representa, teoricamente, o custo de produção dos derivados de petróleo, incluindo o custo das matérias-primas - em específico, o custo do petróleo, a principal delas -, de pessoal, outros insumos que não petróleo e a margem de lucro do refino (HERMANN; PIRES, 1990).

Ainda na base dos custos, há o preço de estrutura do petróleo (PPE), que compatibiliza o custo do petróleo importado e do nacional, contabilizando-os de forma unificada.

Segundo Hermann e Pires (1990, p. 5), "o preço de estrutura do petróleo (PPE) [foi] criado, em meio aos choques dos preços internos internacionais do petróleo, com o objetivo de minimizar os efeitos destes choques sobre os custos de produção da Petrobr[a]s e, conseqüentemente, sobre os preços ao consumidor.

Para mitigar as oscilações do mercado internacional foi criada uma taxa de câmbio especial (o dólar-petróleo) inferior à taxa oficial instituída pelas autoridades monetárias, utilizada na conversão do valor das importações de petróleo para a moeda nacional.

Desse modo, o dólar-petróleo significava um subsídio embutido no custo do petróleo importado, ademais haveria na prática subsídio ao consumidor, à medida que o petróleo processado pela Petrobras fosse importado já que a contabilização se daria pelo PPE.

Nota-se que a Petrobras nos anos 1970-80, pautada pela administração pública, na forma definida por Gurgel (2018, p. 1), “[...] administração que visa obter com pessoas, técnicas e recursos, subordinados a determinações políticas e legais, os resultados esperados pelo Estado e pelo Governo no contexto da relação deste Estado e deste Governo com a sociedade”, serviu como base para promoção do desenvolvimento nacional, tendo como alavanca a sua política de preços.

Nos anos 1990, "a gradativa abertura do setor para as forças de mercado enseja uma nova estrutura de preços não mais como objeto de intervenção direta do Estado sobre o setor mas, de certa forma indireta, pressupondo um grau de instrumentalidade estatal muito eficaz [...]" (TIOMNO; WERNER, 2001, p. 1).

As mudanças econômicas dos anos 1990 no Brasil são frutos do ideal neoliberal, que teve como símbolos mundiais os governos do Reino Unido e Estados Unidos, com Margaret Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-89) respectivamente.

Desse modo,

A abertura dos mercados diminuiu o controle governamental sobre as estruturas econômicas do país, a favor do mercado, em prol de uma suposta maior eficiência [...] [e] diversas medidas internas foram implementadas no sentido de se alterar a estrutura de preços até então vigentes, com a instituição de novas políticas tais como [...] **vinculação do preço de realização ao preço internacional** [...] influenciando no comportamento dos preços dos derivados [...]. (TIOMNO; WERNER, 2001, p. 5, grifo do autor)

De acordo com Tiomno e Werner (2001), o avanço da desregulamentação de preços dos derivados do petróleo começou a tomar impulso em março de 1990, por meio da fixação de preços em nível máximo vigentes da gasolina, diesel e álcool hidratado.

O processo de liberalização da economia brasileira estava caminhando a passos largos. A década de 1990 foi marcada pelas privatizações e por uma condução político-econômica voltada para o “mercado”, e o avanço mais importante para a liberação de preços de derivados de petróleo se deu com a publicação das Portaria Interministerial nº 3 de 27 de julho de 1998, complementada pela Portaria ANP nº 110.

A Portaria Interministerial nº 3, de 27 de julho de 1998, ressalta:

Art. 2º Os preços de realização nas refinarias da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás dos derivados de petróleo de que trata o art. 1º são aqueles constantes das tabelas apresentadas no anexo II desta Portaria. Art. 3º Os preços de que trata o artigo anterior serão atualizados no dia 1º de cada mês. Parágrafo único. A atualização de que trata o caput desta artigo será feita de acordo com a seguinte fórmula: $PR_n = PR_{n-1} \times (CM1/CM2)^x \times (C1/C2)$, onde: PR_n = Preço de realização do produto nas refinarias produtoras no mês de

faturamento (mês n); PRn-1 = Preço de realização do produto nas refinarias produtoras no mês anterior ao de faturamento (mês n-1); CM1 = cotação média do produto no mercado US Gulf verificada no período de 24 do mês n-1 a 25 do mês n-2. As cotações dos produtos serão aquelas informadas pela publicação Platt's, conforme indicado no Anexo III desta Portaria; CM2 = cotação média do produto no mercado US Gulf verificada no período de 24 do mês n-2 a 25 do mês n-3. As cotações dos produtos serão aquelas informadas pela publicação Platt's, conforme indicado no Anexo III desta Portaria; C1 = cotação de venda do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil, no penúltimo dia útil do mês n-1; C2 = cotação de venda do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil, no penúltimo dia útil do mês n-2; (BRASIL, 1998, p. 1)

A portaria da ANP nº 110 extinguiu ressarcimentos à Petrobras, dentre esses, as diferenças cambiais relativas ao petróleo importado, que fazia parte da política de mitigação das oscilações do mercado internacional, ou seja, do PPE e do dólar-petróleo.

Neste contexto econômico, liberal, com modelo privatizante e de abertura de mercado, esse processo de mudança na formação dos preços dos derivados de petróleo trouxe um impacto significativamente negativo.

Os preços dos derivados passaram a ser indexados a preços internacionais e à cotação do dólar; estavam então dados os últimos passos para o fim do monopólio, que havia se iniciado em 1997 com a lei do petróleo.

O processo gradual de liberalização de preços [...] ocorrido no país especialmente após a vigência da Lei do Petróleo é resultado da implementação de um conjunto de medidas de caráter político-econômicas que dominaram o debate interno nos anos 90, prevalecendo a adoção do ideário liberal, com posturas como abertura de mercados, dinamização da prática de privatização, dentre outras, objetivando inserir o Brasil no mundo globalizado e interligado pelos avanços na área de informática e comunicação. (TIOMNO; WERNER, 2001, p.7)

As mudanças político-econômicas tiveram consequência prática da nova legislação sobre preços, já que permitiram a Petrobras a operar preços de mercado para seus derivados, que a princípio tiveram que ser aumentados visto haver uma disparidade de preços entre o preço de realização e sua paridade de importação.

Até 1998 os preços dos derivados na refinaria eram formados com base nos custos de refino (calculados com base no custo do petróleo bruto, cujo preço era fixado pelo Ministério de Minas e Energia – MME) acrescidos de uma margem de refino. A partir do custo de refino, eram estabelecidos Valores Médios de Referência (VMR) para cada derivado, sendo o preço efetivo fixado abaixo e acima do VMR. [...] estabeleceu-se um preço de realização inicial para cada derivado. Esse preço refletia o custo operacional

da empresa e uma margem de lucro. Assim, a partir de 1998 os preços dos derivados passaram a variar mensalmente segundo os preços internacionais que, acrescidos dos custos de transporte e internalização, passaram a remunerar a atividade de refino. (OLIVEIRA, 2015, p. 38, grifos do autor)

Apenas em 2002, após a extinção da PPE -2001- e com a criação da CIDE (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico) que os preços foram liberalizados em plenitude.

Entretanto, uma mudança de ordem política interrompe este processo e dá um novo sentido à atuação estratégica da Petrobras, o que conseqüentemente muda sua política de preços (Figura 2).

Figura 2: Linha do tempo da política de preços da Petrobras.



Fonte: ANP (2018, p. 3)

Com a mudança política - Governo Lula (2003) - ocorrida no país, houve também alterações na estratégia e gestão da Petrobras.

Em comunicado ao mercado em 13 de dezembro de 2005, a Petrobras esclarece:

[...] **não haverá**, em função da auto-suficiência, **alteração na política de preços no mercado interno em relação à política que vem sendo executada pela Companhia desde 2003**. Essa política é de acompanhar no médio prazo os preços internacionais em função dos fundamentos de oferta e demanda, evitando-se trazer para o mercado interno eventual volatilidade causada por fenômenos climáticos, ameaças políticas ou outros eventos de natureza temporária e localizada. [...] A Petrobras entende também que poderá haver **“uma certa separação do preço brasileiro do preço internacional”** à luz da flexibilidade operacional adquirida pela companhia que hoje **pela primeira vez produz, processa e vende no mercado interno aproximadamente os mesmos volumes**. Nessa conjuntura a Companhia

através de vantagens competitivas pode se beneficiar no curto prazo de desalinhamentos entre os preços de diferentes tipos de petróleo - leves e pesados – e suas respectivas margens de refino, e qualidades de produtos refinados. Essas vantagens competitivas não existiam quando a companhia necessitava adquirir, com pontualidade, no mercado externo, petróleo e produtos refinados inteiramente à mercê dos caprichos do mercado internacional. (PETROBRAS, 2005, p. 1, grifos do autor)

A política de preços adotada pela companhia, tinha a capacidade de debelar os impactos das oscilações do mercado internacional, pelo menos no médio e curto prazo.

Na visão de Oliveira (2015, p. 44), “A política de preços no Brasil passa necessariamente pela precificação dos derivados definida pela Petrobras por ser uma empresa dominante no refino e por ter como presidente de seu Conselho Administrativo um membro indicado pelo governo.”

Durante toda a gestão de José Sergio Gabrielli de Azevedo (2005-2012), como Presidente da Petrobras, não houve mudanças significativas na política de preços da companhia.

Apesar da troca no comando da companhia - Maria das Graças Foster substituiu José Sergio Gabrielli em 2012 -, não ocorreram mudanças drásticas na estrutura e formação de preços da companhia (OLIVEIRA, 2015).

No entanto,

Os sucessivos resultados negativos apresentados pela empresa no segmento de abastecimento entre 2011 e 2014, associado à visão de que o desalinhamento dos preços dos derivados se dava a partir de uma política de controle inflacionário, fez com que os acionistas e investidores exigissem maiores explicações em relação aos seus parâmetros de precificação dos derivados. (OLIVEIRA, 2015, p. 47)

Desse modo, a Petrobras no dia 30 de Outubro de 2013, em comunicado ao mercado, via fato relevante²², expôs as características da metodologia de precificação aprovada pela Diretoria Executiva,

A metodologia contempla reajuste automático do preço do diesel e da gasolina em periodicidade a ser definida antes de sua implantação, baseado em variáveis como o preço de referência desses derivados no mercado internacional, taxa de câmbio e ponderação associada à origem do derivado vendido, se refinado no Brasil ou importado. Também está previsto mecanismo que impede o repasse da volatilidade dos preços internacionais ao consumidor doméstico. (PETROBRAS, 2013, p. 1)

²² O fato relevante da Petrobras foi amplamente noticiado na mídia, vide exemplo no G1, site de notícias do grupo Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/12/petrobras-diz-que-aplicacao-de-reajustes-de-combustiveis-nao-sera-automatica.html>> Acesso em 18/02/2022.

Foi somente a partir do ano de 2014 por consequências -diretas e indiretas-, de questões de ordem político-jurídicas, que modificaram a estrutura organizacional da companhia, e acarretaram uma série de mudanças no papel estratégico da Petrobras.

3.2 Histórico da política de preços pós-2016

Com a operação lava-jato, iniciada em 2014, a corrupção no aparelho de Estado brasileiro se tornou a principal pauta, tendo amplo destaque na mídia e de certa forma no cotidiano, desde as grandes cidades até as pequenas cidades.

Além do “mundo político”, a Petrobras era também uma figura central, pois havia diretores da companhia implicados nos casos de corrupção.

No entanto, o foco deste trabalho não concorre para análise e meandros relativos à dita operação, servindo sua menção como antessala para a contextualização das mudanças de precificação perpetradas pela nova cúpula diretiva da Petrobras.

Até meados de 2016, os reajustes da gasolina e do diesel -principais combustíveis automotivos- eram feitos mensalmente, o que dava previsibilidade.

A política de preços da Petrobras tinha como cerne o controle inflacionário.

O perfil dos presidentes do Conselho Administrativo da Petrobras reflete as características da política de preços do governo posta em prática através da empresa. Desde a liberalização dos preços dos derivados quem assumiu o cargo foi a então Ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef. Ela presidiu o Conselho Administrativo da Petrobras de 2003 a 2010, quando também deixou o cargo de Ministra da Casa Civil para se candidatar a presidente. Em março de 2010, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, assumiu a presidência do conselho, **alinhando a política de preços de combustíveis da estatal com a política de preços de viés anti-inflacionário do governo** colocada em prática desde então. (OLIVEIRA, 2015, p. 44, grifo do autor)

O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 acarretou diretamente na mudança da política de preços da Petrobras. O Presidente Michel Temer indicou Pedro Parente como Presidente da companhia, o que impactou de forma perceptível o país.

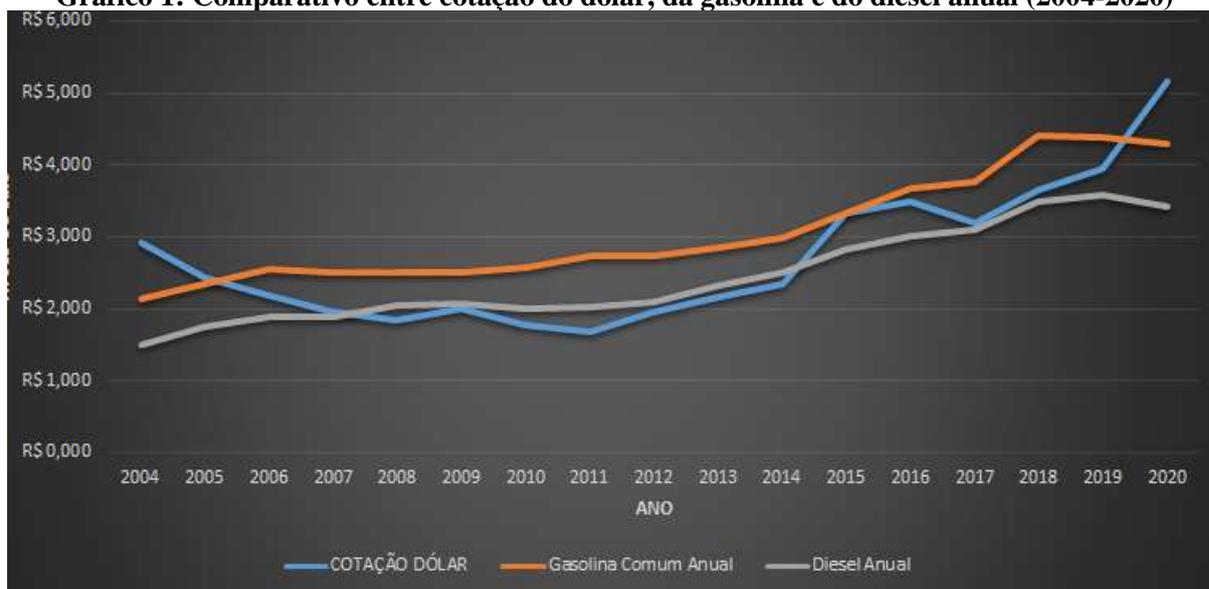
A Petrobras, para além de ser um símbolo nacional, é a maior companhia em valor de mercado listada na B3, a bolsa de valores do Brasil. Cabe destacar, no entanto, que as oscilações, sejam via especulação ou intervenção governamental, impactam sensivelmente não só o mercado de capitais como também a economia real.

Após cerca de 14 anos do não acompanhamento da paridade dos preços internacionais, a Petrobras no dia 14 de Outubro de 2016 via fato relevante anunciou que:

[...] sua Diretoria Executiva aprovou [...] a implantação de uma nova política de preços de gasolina e diesel comercializados em suas refinarias. Essa política, a ser praticada pela Companhia, terá como princípios: 1. **O preço de paridade internacional (PPI), que já inclui custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias;** 2. Uma margem para remuneração dos riscos inerentes à operação, tais como, volatilidade da taxa de câmbio e dos preços, sobreestadias em portos e lucro, além de tributos; 3. Nível de participação no mercado; 4. **Preços nunca abaixo da paridade internacional.** (PETROBRAS, 2016, p. 1, grifos do autor)

A adoção por parte da Petrobras, do PPI (Paridade de Preço Internacional) explica o avanço significativo no aumento de preços dos derivados do petróleo (Gráfico 1).

Gráfico 1: Comparativo entre cotação do dólar, da gasolina e do diesel anual (2004-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IPEADATA, Bacen e CVM.

Com a alta do dólar, o custo de importação dos derivados do petróleo seguem em tendência de alta, e as oscilações de mercado são repassadas ao consumidor final, o que, dentro da lógica de “mercado”, é economicamente bom para os acionistas da companhia.

Ao longo deste capítulo, observamos as formas de precificação adotadas pela Petrobras, desde a década de 1970 até a segunda década do século XXI.

Diante disso, fica latente a necessidade de se debater os impactos gerados na economia do Brasil, em decorrência das mudanças de política de preços, em especial o PPI, e pelo propósito estratégico da Petrobras para o desenvolvimento nacional.

4 IMPACTOS DO PPI DA PETROBRAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

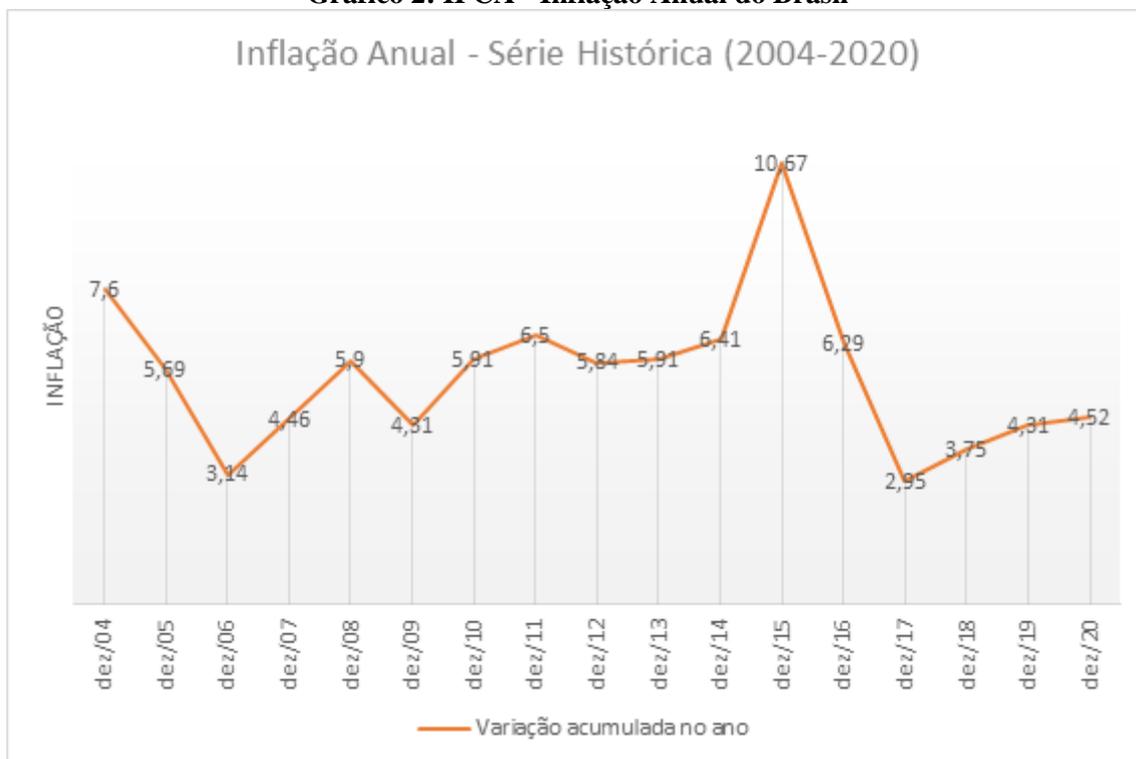
Processos de mudança geram expectativas e espectro de insegurança, no caso da política de preços da maior companhia de capital aberto do Brasil, e de uma das maiores petrolíferas do mundo, os efeitos foram ainda mais sensíveis.

Este capítulo debruçará sobre os reflexos negativos na economia brasileira, advindos pela implantação da nova política de preços da Petrobras, o PPI.

4.1 Impactos no custo de vida

Após a mudança da política de preços, ocorrida em 2017, em que foi adotada a paridade de preços internacionais, o custo de vida do trabalhador médio do país elevou-se. Como todos os custos da Petrobras, na área de refino, passaram a ser dolarizados, oscilar diariamente e repassados aos consumidores em curto espaço de tempo, houve diretamente o aumento da inflação, ou seja, do IPCA²³ (Gráfico 2).

Gráfico 2: IPCA - Inflação Anual do Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IPEADATA e do IBGE.

²³ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, usado para observar tendências de inflação.

Percebe-se que após 2017 há uma tendência de elevação da inflação, desse modo, é possível interpretar que a precificação dos derivados de combustíveis no Brasil, no caso particular do PPI, contribui com o encarecimento do custo de vida, impactando especialmente as camadas médias e a classe trabalhadora.

No caso brasileiro, os derivados de petróleo têm uma relevância ainda maior no cotidiano, pois, diferentemente dos países do centro capitalista, a cadeia logística é focada, essencialmente, no modal rodoviário. Desse modo, a elevação dos preços dos combustíveis, e mais especificamente, o do diesel, levam a aumentos generalizados.

Na esteira da vinculação da precificação dos derivados de petróleo à paridade internacional de preços (PPI), ocorreu a crise denominada greve dos caminhoneiros, que eclodiu em maio de 2018²⁴.

Diante dos sucessivos reajustes nos preços dos combustíveis, em curto espaço de tempo, a categoria dos caminhoneiros entrou em greve, em busca de diálogo visando rever a precificação dos combustíveis.

A greve dos caminhoneiros foi a demonstração prática das distorções causadas pela política de preços da Petrobras. Em apenas 10 dias o caos econômico forçou o governo (maior acionista à época) a negociar um subsídio de R\$ 0,46 à categoria dos caminhoneiros, o que debelou a crise.

No entanto, a greve trouxe graves consequências, tais como: falta de alimentos e remédios, redução de frotas de ônibus, falta de combustíveis e disparada de preços em postos de gasolina, cancelamento de aulas em universidades, voos ameaçados por falta de combustível, falta de estoques e prateleiras vazias em supermercados e interrupção da produção em fábricas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Além disso, gerou severos prejuízos financeiros para a empresa. As ações da Petrobras na bolsa de valores brasileira caíram 34,2%, perdendo R\$ 126 bilhões em valor de mercado (O GLOBO, 2018).

A política de preços da Petrobras não afetaria apenas o dia-dia dos brasileiros, a lógica neoliberal, pautada pelo “mercado”, afetaria a estratégia nacional de desenvolvimento.

²⁴Greve dos caminhoneiros 2018:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/30/greve-dos-caminhoneiros-a-cronologia-dos-10-dias-que-pararam-o-brasil.htm>>. Acesso em 18/02/2022.

<<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/05/greve-dos-caminhoneiros-afeta-abastecimento-e-causa-alta-de-precos.html>>. Acesso em 18/02/2022

4.2 Privatização da Petrobras

A nova precificação dos derivados de petróleo atrelada ao desmonte da companhia, via venda de ativos, potencializa a rentabilidade e a lucratividade da companhia, em detrimento do desenvolvimento do país, tendo em vista que os dividendos, em boa parte, ficam em mãos privadas.

A partir de 2017, quando da implantação do PPI, e conseqüentemente da elevação da taxa de lucro da companhia, nota-se uma tendência tanto de privatização, via vendas de ativos e desinvestimento, quanto de aumento do capital privado (nacional e internacional) na participação acionária da empresa (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3: Composição acionária - Janeiro de 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Petrobras

Em 2017, a participação acionária do Estado brasileiro, via União Federal e BNDES, perfazia 48,2%. No mesmo período, o capital privado nacional detinha 15,8% dos “papéis”, enquanto o capital privado internacional possuía em torno de 36%. A partir de 2017, a lucratividade e rentabilidade da Petrobras sobem, advindas do PPI, no entanto, no mesmo período há uma significativa diminuição da participação acionária do Estado brasileiro.

Para além disso, a política neoliberal do governo eleito em 2018, representada pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, acentuou a política de desinvestimentos iniciada por Michel Temer e Pedro Parente, Presidente da República e CEO da Petrobras, respectivamente.

Em 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) chancelou a venda de refinarias da Petrobras sem a necessidade de aval do Congresso Nacional ou de licitação (O ESTADO DE SÃO PAULO; O GLOBO, 2020). O movimento coordenado de transferência do capital público para mãos privadas (Gráfico 4) acelerava sem debates, contando com o aval da corte suprema do país.

Gráfico 4: Composição acionária - Dezembro de 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Petrobras

Há um contrassenso no debate econômico nacional, que de certa forma influencia o senso comum, pois, a alta dos derivados do petróleo é interpretada como um nó górdio provocado pelo “monopólio” da Petrobras.

O assunto que toma o centro da discussão é sempre o mesmo: a privatização da Petrobras.

No entanto, a questão que se coloca é que com o avanço do processo de desinvestimento - privatização escamoteada - há o encarecimento dos derivados do petróleo por conta da lógica de “mercado”, que visa tão somente o lucro.

As balizas jurídico-legais instituídas pelo STF que consolidaram a privatização de refinarias da Petrobras, trouxeram altas expressivas dos combustíveis em algumas regiões do país.

Após a privatização, no final de 2021, a refinaria de Mataripe, na Bahia, promoveu reajustes sucessivos nos preços da gasolina e do diesel, sendo superiores aos realizados pelas refinarias da Petrobras (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022).

A mesma refinaria, ora privatizada, por escolha econômica, decidiu exportar combustíveis navais, ao invés de abastecer os navios brasileiros do porto de Salvador (BA), comprometendo o fluxo logístico da região (BRASIL DE FATO, 2022).

A partir dos exemplos apontados, é possível interpretar uma tendência de privatização extensiva da Petrobras, tendo a princípio a privatização das refinarias, com o argumento de que o *core business* é o setor de exploração e produção de petróleo, concatenando a formulação de que a elevação de preços é por fator do monopólio da estatal, culminando na pulverização do capital da empresa, tal qual é o processo de privatização da Eletrobrás²⁵.

²⁵ Criada em 1962, é uma sociedade de economia mista e de capital aberto sob controle acionário do Governo Federal, atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. O processo de privatização em curso será via emissão de mais ações, sendo que a União não exercerá o direito de compra, o que acarretará no aumento da participação privada na estrutura acionária da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar a relevância histórica da Petrobras para o desenvolvimento estratégico nacional.

Foi possível perceber como o *know-how* técnico-científico acumulado ao longo de décadas pela companhia teve e segue tendo papel fundamental na construção e transformação do país, servindo como mola propulsora do desenvolvimento econômico e social da nação.

Entretanto, também é possível notar que a participação histórica do Estado como mediador e articulador, via empresas estratégicas - no caso concreto, a Petrobras- do desenvolvimento econômico nacional, perde força, pois com a atual política de preços há uma mudança de propósito, onde a estratégia de desenvolvimento dá lugar ao acúmulo de capital pela iniciativa privada.

Quando se atenta para a história recente da empresa, pode-se observar que a atual política de preços adotada de 2016 em diante atrai efeitos negativos à economia, incidindo de forma mais acentuada nas camadas médias e na classe trabalhadora, onde recaem os reajustes inerentes ao PPI.

Para além disso, com a ampliação da política de desinvestimento e venda de ativos, é possível depreender que a taxa de lucro e rentabilidade, propiciadas por essas significativas mudanças, prejudicam interesses relativos ao desenvolvimento econômico e social, pois parcelas crescentes de fluxo de capitais escoam para grupos econômicos privados nacionais e, em maior medida, internacionais.

Apesar das limitações deste trabalho, procurou-se focar nos pontos mais latentes e atuais que permeiam o debate econômico, levando em consideração a pauta de privatizações que se colocam em voga. Tal qual uma cena numa peça de teatro, a qual os espectadores podem observar por diferentes perspectivas, a complexidade do objeto limita o alcance deste trabalho, pois há múltiplas facetas e variáveis que fogem ao escopo proposto.

O petróleo, mesmo sendo *commodity* não renovável, permanece como uma fonte de energia abundante, e as reservas do pré-sal colocam o Brasil numa posição de destaque no cenário mundial. Desse modo, faz-se necessária uma estratégia coordenada para que o fluxo econômico advindo da exploração e produção de petróleo seja revestido para mitigar as mazelas sociais históricas do país.

Por fim, ficam como sugestões, a análise dos impactos educacionais advindos pela estratégia de formação e capacitação implementadas pela Petrobras e também um estudo mais aprofundado dos aspectos políticos em relação às soluções econômicas adotadas pela

companhia, em especial, a partir das operações jurídicas e midiáticas que recaem sobre a mesma nos últimos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANP. **Boletim Anual de Preços**. 2018. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 28/01/2022.

ANP. **Anuário Estatístico**. 2018. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 30/01/2022.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia e Ministério da Fazenda. **Portaria Interministerial MME – MF N° 03**, de 27 de julho de 1998. Brasília, 1998.

BRASIL DE FATO. Curitiba: O Brasil de Fato, [2003?]-. Diário. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/10/refinaria-privatizada-decide-exportar-e-deixa-navios-sem-combustivel-na-bahia>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BREGMAN, Daniel. **A Petrobrás e as atividades de exploração e produção no Brasil: um breve histórico**. Campos dos Goytacazes, Universidade Cândido Mendes, 2006.

CARBALLEDA, Emilio Meneses. **Petrobrás e o Pré-sal: O desafio da sua exploração, Produção e Administração**/ Emilio Meneses Carballeda. - Rio de Janeiro: UFRJ/Escola Politécnica, 2009.

CARVALHO, Getulio. **Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio**. 2. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Una Editora/Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

DIAS, José Luciano Mattos, QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil, uma história da Petrobras**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas-Petrobras, 1993.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EDITOR, R. CUNHA, Elcemir Paço. **Marxismo e burocracia de Estado**. Campinas: Editora Papel Social; 2017 (204 p.). Revista Espaço Acadêmico, v. 17, n. 200, p. 155, 31 dez. 2017.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)** / Francisco Pereira de Farias. - - Campinas, SP: [s. n.], 2010.

FERNANDES, Florestan, 1920-1995. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica / Florestan Fernandes**: prefácio José de Souza Martins - 5 ed. - São Paulo: Globo, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, [1921?]-. Diário. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/refinaria-privatizada-na-bahia-vende-combustivel-mais-carro-que-petrobras.shtml>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, [1921?]-. Diário. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/desabastecimento-atinge-de-mercado-a-posto-de-combustivel-com-greve.shtml>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

FURTADO, Celso, 1920-2004. **Formação econômica do Brasil / Celso Furtado**. -32. ed. — São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. — (Biblioteca universitária. Série 2, Citadas social» í v. 23)

HERMANN, Jennifer, RODRIGUES, Adriano Pires. **Alguns comentários sobre os critérios de formação de preços dos derivados de petróleo**, v1, nº 2. Revista Brasileira de Energia, 1990.

LUCCHESI, Celso Fernando. **Petróleo. Estudos Avançados [online]**. 1998, v. 12, n. 33 [Acessado 13 Fevereiro 2022], pp. 17-40. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141998000200003>>. Epub 11 Maio 2005.

LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela industrialização no Brasil: 1808-1930**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GILENO, Carlos Henrique. **Sentido da colonização e escravismo: breve relato sobre a obra historiográfica de Caio Prado Júnior**. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.32, n. 1, p. 01-16, jan/jul, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>.

GURGUEL, Cláudio Roberto Marques. **Administração Pública**. Disponível em: <http://www.otal.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/23/Ad_Publica.pdf>. Acessado em 20 de janeiro de 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia — MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973).

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **Anos 90, supl. Dossiê História e Mídia**; Porto Alegre Vol. 19, Ed. 36, (2012).

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

MORAIS, José Mauro de. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore** / José Mauro de Moraes. – Brasília: Ipea: Petrobras, 2013.

OLIVEIRA, Patrícia. **Impacto da Política de Preços da Gasolina, Diesel e GLP na Indústria de Petróleo: Opções de Política**. Rio de Janeiro, 2015. 113 p. Dissertações (Mestrado em Economia da Indústria e Tecnologia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Estado, [1875?]-. Diário. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geralstf-salvou-petrobras-diz-secretario-de-guedes-sobre-decisao-que-permite-vender-refinarias,70003460044>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Organizações Globo, [1925?]-. Diário. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/petrobras-perde-126-bi-com-greve-dos-caminhoneiros-22726775>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Organizações Globo, [1925?]-. Diário. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/stf-permite-venda-de-refinarias-da-petrobras-em-licitacao-ou-aval-do-congresso-24671492>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

PETROBRAS. **Comunicados e fatos relevantes**. 2005. Disponível em: <https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/bcd5210b00be2b9d6b53b2aaca2ffa090755fb2b7aec2c914627efcdb6996059/politica_de_precos.pdf>. Acesso em: 14/02/2022.

PETROBRAS. **Comunicados e fatos relevantes**. 2013. Disponível em: <https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/f09bdac671edf3e0139745a1b5be276806d64989b8f2ceb9575e78dd371cc157/fato_relevante_metodologia_de_precificacao.pdf>. Acesso em: 10/12/2021.

PETROBRAS. **Comunicados e fatos relevantes**. 2016. Disponível em: <https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/fd6fc40ccccbb53f62e37ccf48ea12c0d1b8d6d2d328b63af3ad3de960f3bd7e/fato_relevante_diretoria_executiva_aprova_politica_de_precos.pdf>. Acesso em: 13/02/2022.

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A. **Plano de Negócios e Gestão 2014-2018**.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAGO FILHO, Antonio. **A teoria da via colonial de objetivação do capital no Brasil: J.Chasin e a crítica ontológica do capital atrófico**. Verinotio, VI (11), 71-86, 2010.

SAES, Décio. **A Formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891** / Décio Saes. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos brasileiros; v. 86)

SILVA, Sabina Maura, ALVES, Antônio José Lopes. **Chasin e a tese da 'Via Colonial'**. Verinotio, V (9), 173-185, 2008.

TIOMNO, Maurício Tolmasquim, WERNER, Márcio Lima Sathler. **A formação de preços dos derivados de petróleo no Brasil**, v8, nº 1. Revista Brasileira de Energia, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928 - **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**/ Augusto Nivaldo Silva Triviños - São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto, VIDAL, José Walter Bautista. **Petrobrás. Um clarão na história**. Brasília: Sol Brasil Editora, 2001.